

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**MÔNICA DE SOUSA OLIVEIRA**

**O IMPEACHMENT DO “FENÔMENO” COLLOR NOS  
IMPRESSOS MARANHENSES**

SÃO LUÍS/ MA

2016

**MÔNICA DE SOUSA OLIVEIRA**

**O IMPEACHMENT DO “FENÔMENO” COLLOR NOS  
IMPRESSOS MARANHENSES**

Monografia apresentada à coordenação  
do curso de História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do  
grau de licenciatura.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves

SÃO LUÍS/ MA

2016

Oliveira, Mônica de Sousa.

O impeachment do fenômeno Collor nos impressos maranhenses /  
Mônica de Sousa Oliveira. – São Luís, 2016.

92. f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do  
Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

**MÔNICA DE SOUSA OLIVEIRA**

**O IMPEACHMENT DO “FENÔMENO” COLLOR NOS  
IMPRESSOS MARANHENSES**

Monografia apresentada à coordenação  
do curso de História da Universidade  
Estadual do Maranhão para obtenção do  
grau de licenciatura.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida Chaves

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Carine Dalmás.  
(1º Examinador)

---

Prof. Adriano Negreiros da Silva.  
(2º Examinador)

*Dedico este trabalho: aos meus avós paternos, Vicente Pires Oliveira e Luzia da Silva Cardoso (juntos até o fim!). E ao vô materno, **OT**Aviano Pires de Sousa (seu jeito de dançar foi único!). Saudades! (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Minha única religião é o amor. E é com imenso amor que agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu não desanimasse, pois inúmeras foram as vezes que pensei em desistir.

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida. À minha família por toda paciência e aprendizado. Em especial à minha mãe, meu “sol”, fez das nossas dificuldades dias de união. Agradeço por todo amor que você sempre me ofereceu. Obrigada por estar sempre disponível dona Maria, amo-te!

Agradeço aos meus irmãos Clemilson, Cleison e Vicente por toda proteção e risadas. Sinto falta das brincadeiras de criança e do pacote de biscoito fortaleza dividido no café. Espero poder continuar disfrutando de momentos felizes ao lado de vocês.

Aos sobrinhos lindos (Sibelly, Josué e Kalleb), minha paciência é sempre testada com a energia de vocês.

Agradeço ao meu pai pela ausência de sua companhia, hoje vejo que foi crucial para meu amadurecimento, um tanto precoce talvez. Não vejo como um ponto negativo, e sim como aprendizado de vida. Obrigada pelo quarto irmão, Rafael.

Aos amigos de infância (Talina, Kelma, Keyth...) e as primas, Maçaroca e Leka, a presença de vocês tornou meus dias de criança os melhores.

Aos tios e tias, em especial, tia Cilene por me oferecer alimento sempre que precisei. Ao tio Carlos Alberto, mesmo com as diferenças olho pra você com respeito e admiração, o gosto pela “Arte” vem de você.

Quero expressar minha profunda gratidão às flores que encontrei no caminho da graduação, em especial: **Joyce Lopes**, obrigado pela ajuda de sempre, sua energia está concretizada neste trabalho através das inúmeras dúvidas e questões que trocamos a respeito do Governo Collor. **Edilene Vale** “a extrovertida”, obrigada pelas risadas. **Luane Carvalho** pelo conhecimento espiritual e pelos questionamentos sob o amor. **Werbeth Belo** meio pilhado pelos estudos, mas um exemplo de dedicação. **Isaias** obrigado pela presença e ausência na viagem ao Rio de Janeiro e pelos papos durante o estágio no Palácio. **Karleyde Aires** futura advogada e **Pablo Lima** “o homem do meio político”. Simplesmente amor é o que sinto por vocês. Os vinhos degustados, as provas malditas, as viagens vividas. Os efeitos de nossa amizade fertilizam meu espírito com cheiros que doei e espero continuar doando a vocês. Cheiro!

À Ingrid Luane outra flor agraciada ao longo do caminho, nossos papos são intergalácticos, questionamentos sob como vivenciar melhor a vida é à base de nossa amizade, acreditamos na ligação e na beleza dos seres. Cheiro flor!

Aos amigos do NUPEHIC e dos estágios do Arquivo Público e do Palácio dos Leões, em especial, Evandro Pinto outro ser fundamental na concretização deste trabalho, nossas dúvidas de como fazer a monografia foram de fundamental importância.

Agradeço aos professores da UEMA por todo conhecimento e aprendizado oferecido ao longo de tantas aulas. Em especial ao professor Marcelo Cheche e à orientadora Monica Piccolo, exemplo de professores que levo pra vida.

Por fim, e em especial com todo amor agradeço ao ser humano que apareceu em minha vida pra mostrar que o sentimento pelo amor não acabou, e que este pode ser novamente construído e feito amor. Antonio Carlos (Sotero Filho), sua presença colore meus dias. Que a sensibilidade continue sendo a base de nosso amor. Meu coração amarelo te ama!

Finalizo este trabalho com lágrimas de gratidão. Energia positiva é o que desejo a todos. A vida é bela!

## RESUMO

Durante as eleições em 1989 dois projetos foram para o segundo turno das eleições disputando a conquista da hegemonia política no Brasil. O apresentado pelo candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, de cunho liberal-corporativo, e o outro defendido pelo candidato dos Partidos dos Trabalhadores (PT) Luís Inácio Lula da Silva, de caráter nacional-desenvolvimentista. Com o apoio da grande mídia, acabou sendo naturalizado como de interesse nacional o do candidato Fernando Collor que, assim, conquistou a faixa presidencial. Seu mandato foi abalado por inúmeras denúncias de corrupção e rupturas no próprio ministério. Assim sendo, esse trabalho monográfico tem como foco central de análise entender como a mídia maranhense midiaticizou a crise que levou à abertura do processo de impeachment contra Fernando Collor de Mello. Para tal, terei como corpos documental de análise os jornais maranhenses: O Estado do Maranhão, Jornal Pequeno e O Imparcial, entre os anos de 1990 a 1992.

**Palavras-chave:** Governo Collor, Imprensa Maranhense, Impeachment



## **ABSTRACT**

During the elections in 1989 two projects were for the second round of elections vying for the conquest of political hegemony in Brazil. The presented by Party candidate of National Reconstruction (PRN), Fernando Collor de Mello, liberal-corporate nature, and the other defended the Workers' Parties of the candidate (PT) Luis Inacio Lula da Silva, national-developmental character. With the support of the mainstream media, it ended up being naturalized as national interest of the Fernando Collor candidate who thus won the presidential sash. Its mandate was shaken by numerous accusations of corruption and breaks in the ministry. Therefore, this monograph has as its central focus of analysis to understand how the media maranhense mediatized the crisis that led to the opening of impeachment proceedings against Fernando Collor de Mello. To this end, I will have as documentary bodies analysis the maranhenses newspapers: The State of Maranhao, Small Newspapers and Impartial, between the years 1990-1992.

**Keywords:** Government Collor, Maranhense Press, Impeachment

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS: novos problemas e abordagens .....	13
1.1 Considerações acerca da História do Tempo Presente .....	14
1.2 Jornal impresso enquanto fonte .....	16
1.3 Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia.....	19
CAPÍTULO 2. GOVERNO COLLOR: trajetória política e a relação com a mídia .....	24
2.1 O Candidato, Presidente eleito e o Impedido: trajetória política.....	25
2.2 O papel da mídia hegemônica na queda do “fenômeno” Collor .....	42
2.3 O discurso hegemônico no jornalismo impresso e a difusão da informação.....	46
CAPÍTULO 3. O Impeachment do “fenômeno” Collor nos impressos maranhenses....	51
3.1 Os jornais impressos maranhenses: breve abordagem .....	51
3.2 O Início da Crise (1990) .....	54
3.3 O Processo de Impeachment (1991/1992).....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
FONTES e BIBLIOGRAFIA .....	86

## INTRODUÇÃO

*“Tolo é aquele que nunca lê um jornal; ainda mais tolo é aquele que acredita no que lê só porque está escrito no jornal”.*  
(August Von Schlözer, historiador e jornalista alemão do fim do século 18).

A frase acima mostra bem a questão que fundamenta este trabalho, qual seja: identificar por meios dos signos da comunicação impressa seu real posicionamento e interesses quando este mediatiza uma notícia. Não podemos olhar para a imprensa hoje como “Quarto Poder”, pois a mesma atua de forma ambígua, aliada a grandes grupos econômicos que visam seus interesses pessoais e mercadológicos. A grande mídia milita e articula hoje como um partido político, em uma perspectiva gramsciana, sendo de fundamental importância para o leitor tentar identificar seu posicionamento.

A atuação dos meios de comunicação no cenário político que visava colocar o Brasil nos trilhos da redemocratização em 1989 é extremamente relevante. A imprensa transcendeu seu papel de levar informação e atuou ativamente na mediatização de um projeto que visava se tornar hegemônico: o do então candidato Fernando Collor de Mello. Não esquecendo a participação da mesma no episódio mais marcante do mandato do Presidente Collor, o processo de *impeachment* que foi resultado de inúmeras acusações de corrupção envolvendo o próprio.

A relevância deste trabalho se dá também pela necessidade de buscar entender como foi por parte da mídia maranhense essa participação. A análise está baseada no conteúdo divulgado pelos jornais impressos maranhenses (O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão)<sup>1</sup> entre os anos de 1990 a 1992.

O presente trabalho objetiva fazer uma discussão da crise política que levou ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. Uma questão primordial para a composição deste trabalho é: por que usar a mídia impressa regional como fonte e objeto de análise? Entendemos que a mídia teve um papel fundamental nesse momento, tanto na campanha presidencial de 1989, quanto na vitória e na crise política que levou a abertura do processo de *impeachment* contra o Presidente Fernando Collor. O uso do jornal como fonte e objeto de estudo “contribui para que cada vez se veja o problema da passagem de um a outro período histórico sob novos prismas” (BARROS, 2013, p.28).

---

<sup>1</sup> Os Impressos maranhenses desta pesquisa ficam disponíveis na seção Jornais/ Revistas e Obras Raras, na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na Deodoro, Centro de São Luís/ MA. O horário de funcionamento da biblioteca é de Segunda a Sexta das 8: 30 da manhã até as 19: 00 da noite.

O uso dos impressos como fonte de pesquisa, no momento histórico em questão, só pôde ser realizado com a contribuição da Escola dos Annales<sup>2</sup>. Contribuição esta que significou para os pesquisadores e historiadores novas possibilidades ampliando seus temas de pesquisa. Realizar uma pesquisa voltada para o estudo do tempo presente no Brasil é primordial quando buscamos entender as questões que ainda hoje se encontram em aberto no campo dos estudos históricos, como por exemplo, as intensas relações entre mídia e política.

Nessa perspectiva, as eleições diretas para Presidente da República de 1989 constituem em um tema privilegiado. O direito de praticar o voto livre foi alcançado e almejado neste momento como o retorno à democracia no País, depois de duas décadas de ditadura civil-militar.

As eleições de 1989 foram disputadíssimas e profundamente marcadas pelo uso intenso da mídia. Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), vence no segundo turno com um projeto, “binômio moralização/modernidade” contra o do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Luís Inácio Lula da Silva que vinha com um programa “esquerdista que assustava a classe média e o empresariado” (PICCOLO, 2010, p. 27).

O Governo Collor foi conduzido por uma forte publicização midiática, tanto impressa, escrita quanto televisionada. Atuou de forma inteligente nas propagandas eleitorais e também na produção de sua imagem nos telejornais. Essa gama de informação requer cuidado por parte do pesquisador, pois a mídia participa ativamente, não sendo imparcial.

Ou seja, a publicização dos fatos pode de certa forma favorecer um dos atores em questão. Esse favorecimento pôde ser notado durante as leituras de autores dedicados ao período e pela análise dos jornais pesquisados. Cabe ao pesquisador, desta maneira, tentar entender os fatos publicados nos impressos cotidianamente e construir sua análise crítica, buscando assim um melhor entendimento dos fatos.

Utilizo como foco de desenvolvimento desta pesquisa os periódicos impressos (Jornais maranhenses). Busca-se entender quem são os atores e agentes construtores desse período. Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais no mandato de Collor ganharam uma dimensão pública nacional através da participação da mídia, como já

---

<sup>2</sup> A revista *Annales*, foi criada em 1929, embora o grupo seja chamado geralmente de a ‘Escola dos Annales’, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. [...] O núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloc, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, e Emmanuel LeRoy Ladurie (BURKE, 1997, p. 11).

citado acima. Busco assim, entender, regionalmente, a participação dos periódicos maranhenses na construção desse contexto político e histórico. Espero lançar novas luzes e novos questionamentos sobre as particularidades da história maranhense no que se refere à questão política nacional.

Este trabalho se divide em três capítulos principais. No primeiro capítulo **PERSPECTIVAS TEÓRICAS: novas abordagens e possibilidades**. Proponho uma discussão acerca da História do Tempo Presente e sua relevância para os estudos no Maranhão no (tópico 1.1). No tópico 1.2, explico a questão metodológica adotada e por que usar os periódicos impressos maranhenses enquanto fonte. Por último, o tópico 1.3 destina-se a fundamentação teórica que conduz este trabalho: a teoria construída por Antônio Gramsci e seu conceito de imprensa como aparelho privado de hegemonia.

No segundo capítulo, **GOVERNO COLLOR: trajetória política e a relação com a mídia**. Viso fazer no tópico 2.1 uma discussão acerca da literatura que analisa o governo Collor, contextualizando sua trajetória na política brasileira. A fim de entender os principais fundamentos e conceitos que são utilizados através desses estudos. No tópico 2.2 investigo o papel da mídia na queda do “fenômeno” Collor. Por último, no tópico 2.3, faço um breve questionamento sobre o discurso hegemônico do jornalismo impresso e a difusão que esse discurso tem na midiaticização da informação.

No terceiro capítulo, **O Impeachment do “fenômeno” Collor nos impressos maranhenses**. Início no tópico 3.1 fazendo um breve histórico dos periódicos maranhenses em análise, visando entender quem são os donos desses meios de comunicação. No tópico 3.2 analiso a cobertura e o posicionamento jornalístico dado pelos impressos maranhenses acerca das primeiras denúncias da crise e da corrupção do governo, ocasionando mais tarde a abertura do processo de impeachment. Finalizo a análise dos jornais maranhenses no tópico 3.3 com o processo de impeachment já instaurado contra o Presidente Fernando Collor de Mello que leva sua derrocada em 1992.

## **CAPÍTULO 1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS: novos problemas e abordagens**

A chegada do século XX anunciou novas mudanças, não só meio social, mas no acadêmico também. A história científica adentra em novos campos de pesquisa, visando compreender e explicar os fatos ocorridos da história de seu próprio tempo. A prática historiográfica se renova com a “terceira geração dos *Annales* que propunha novos objetos, problemas e abordagens” (DE LUCA, 2006, p.112).

As transformações sociais estão cada vez mais rápidas, a agitação tecnológica nos permite utilizar cada vez mais novos recursos, sendo um desses a multimídia. O acesso e uso dessas diferentes fontes possibilitam para os historiadores ampliarem suas interpretações acerca da história. A pluralidade de novos problemas e abordagens é determinante para quem ousa desenvolver trabalhos voltados para uma história do tempo presente, ou melhor, dizendo a história do seu próprio tempo.

O século XXI é o da imagem, do factual torrencial, do imediatismo, no qual o indivíduo se tornou atemporal na contemporaneidade, virgem de qualquer memória ajuizada, confuso frente às mudanças de tempo e espaço, afetado em sua percepção de presente, passado e futuro, o que alavancou uma mudança de paradigmas, tanto nas relações econômicas, como na relação da história com seus tempos e objetos (RIOUX, 1998 apud FIORUCCI, 2011, p. 114).

Através dessas novas possibilidades é que utilizo os jornais impressos maranhenses como fonte e objeto de estudo. Busco compreender o discurso hegemônico proferido pelos mesmos, acerca da crise do Governo Collor que leva a abertura do processo de impeachment contra o Presidente.

O uso da mídia impressa nos estudos voltados para a história do tempo presente é muito pertinente, principalmente pela participação da mídia ao cenário político, atuando não só como mediadora dos fatos, mas como ator fundamental no desenrolar dos fatos. Tomo como eixo teórico fundamental os estudos do intelectual gramsciano acerca da imprensa como “Aparelho Privado de Hegemonia”.

Instituições da sociedade civil que utilizam de sua atuação para propagar determinadas ideias, agindo no desenvolvimento de um dado consenso para a obtenção da hegemonia. Segundo Gramsci, os Aparelhos Privados de Hegemonia são, “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e por isso, “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1989, p.76).

Sua atuação não pode ser considerada neutra, pois defende e age em função de seus interesses mercadológicos. O uso dos jornais como fonte e a compreensão destes como aparelhos privados de hegemonia só auxiliam a desenvoltura deste trabalho que é voltado além de tudo pela necessidade de entender a participação e singularidades da imprensa maranhense nesse cenário político brasileiro.

### **1.1 Considerações acerca da História do Tempo Presente**

A partir dos anos finais de 1970 começam a surgir novas produções no campo historiográfico. “Há uma ruptura com a escola dominante”, ruptura que coloca a história do tempo presente como campo de análise. A necessidade de compreensão das transformações que ocorrem diariamente induz essa busca por novos campos de pesquisa.

No decorrer dos anos 70, a historiografia do período posterior a 1945 se desdobrava à medida que alguns dos talentos marcantes da história do político e do presente acabavam suas teses. Enfim, Em 1978, o CNRS decidia a criação do IHTO e do IHMC, concretizando assim o caminho percorrido e as novas aspirações, as novas necessidades (CHAUVEAU, 1999, p. 13).

A busca por compreender as transformações da sociedade contemporânea efetivamente possibilita novas perspectivas de indagações. Não se pode negar a dimensão dos meios de comunicação nas transformações ocorridas na sociedade, e o impacto que esta provoca ao publicar notícias imediatas.

Uma das principais questões que norteiam este trabalho é a busca por novos questionamentos acerca do posicionamento dos jornais impressos regionais maranhenses diante dos fatos históricos da década de 1990.

Compreender como foi por parte da imprensa local maranhense essa participação na midiaticização dos acontecimentos. Avaliar se os mesmos sustentarão ou não as publicações que foram midiaticizadas pela grande imprensa nacional.

Segundo Marc Bloch, o ofício do historiador é “compreender o presente pelo passado e correlativamente compreender o passado pelo presente” (BLOCH, 2001, p. 25). Escrever a história de seu próprio tempo já não é mais novidade. Esta vem cercada por desafios ainda a serem superados. É através do estudo do tempo presente que proponho nova compreensão acerca das particularidades do processo de impeachment do Presidente Collor, visto que a análise do trabalho será feita com base na publicação das notícias dos impressos maranhenses.

Através do legado deixado pela Escola do *Annales* podemos hoje percorrer novos caminhos. Adentrando em novas fronteiras, com o intuito de possibilitar novas explicações acerca do “homem no tempo”. Os novos passos iniciados pelos *Annales* em 1929 renovaram o estudo e o ofício do historiador. Segundo Marc Bloch, a iniciativa do grupo renovou o estudo da historiografia.

A revista dos *Annales* deu origem a todo um movimento de renovação na historiografia francesa e que está na base do que hoje chamamos de “Nova História” – ficavam expressas as prerrogativas do grupo: o combate a uma história narrativa e do acontecimento, a exaltação de uma ‘historiografia do problema’, a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só à dimensão política e, por fim, a necessária colaboração interdisciplinar (BLOCH, 2001, p. 10).

Diante desta prerrogativa entendo que os jornais impressos maranhenses são importantes fontes e objetos de informação para o estudo do tempo presente. Sua análise necessita ser investigada visando entender as particularidades e potencialidades dos mesmos no fazer histórico.

Um dos desafios do estudo do tempo presente é a questão do recuo temporal que o historiador precisa ter do seu objeto de estudo, característica fundamental no século XIX. Hoje são barreiras que já estão sendo quebradas e questionadas. A herança deixada pelos *Annales* mostrou para os historiadores que não é preciso haver essa distância com seu objeto de estudo.

A mudança nos padrões impostos pela prática historiográfica foi determinante, sendo influenciada pelos avanços da sociedade pós-guerra, provocando assim novos desafios que precisavam ser explicados pela historiográfica (FIORUCCI, 2011, p.112).

O historiador não precisa organizar seus trabalhos com referência só aos acontecimentos passados. Hoje sabemos que os acontecimentos do presente são primordiais para a interpretação da história.

O avanço tecnológico propiciou novas ações tanto no meio social, cultural, econômico e principalmente no meio político. Essa aceleração diária modifica também a tarefa do historiador, se antes era necessário um afastamento do objeto de estudo para que este pudesse ser analisado e compreendido da melhor forma possível, hoje já não é bem assim.

As transformações do tempo presente precisam ser questionadas e compreendidas pela historiografia também, sendo possível somente com estudos



voltados para a investigação da pluralidade do tempo presente já que este é fruto das mudanças da sociedade.

Estudar o momento presente, com vistas a perceber como este momento presente é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo, ou como a temporalidade afeta de diversos modos a vida presente – incluindo aí as temporalidades imaginárias da memória ou da ficção – passa a ser também uma das tarefas do historiador (BARROS, 2013, p. 19).

É importante esclarecer também que a tarefa do historiador em estudar o tempo presente não é tarefa fácil. Mesmo com os avanços sabe-se que todo e qualquer documento a ser investigado precisa ser feito com inúmeros cuidados, pois este pode ser modificado.

Principalmente quando este faz parte da mídia, como é o caso dos jornais impressos que diariamente moldam a notícia, de acordo com suas necessidades mercadológicas. O estudo a partir de jornais impressos objetiva não encontrar a verdade, mas sim interpretar as particularidades da notícia veiculada. “O historiador, como representado no mito grego de Hermes, *traduz e trai*, porque é interprete, e não narrador da verdade” (COSTA, 2009, p. 421).

Outra questão desafiadora para o historiador que estuda o tempo presente são os testemunhos vivos que ele pode encontrar ao longo de sua caminhada, pois os atores de seu estudo podem fazer questionamentos acerca de seus resultados.

Fora que a própria memória dos acontecimentos está presente no próprio historiador, ou seja, ele próprio também passa a ser ator do seu estudo. Segundo Santos, “o envolvimento inevitável do historiador com os fatos passa a ter ainda mais dificuldades, pois estamos atuando conscientemente” (SANTOS, 2009, p. 8).

Mesmo com tantos desafios é pertinente para o historiador fazer o estudo do tempo presente. Principalmente quando este estudo volta-se para questionamentos acerca dos acontecimentos que ocorrem no processo político midiaticizado pela grande mídia. É indispensável que tenhamos uma reflexão crítica dos acontecimentos do tempo presente, pois estes também fazem parte da história.

## **1.2 Jornal impresso enquanto fonte**

A historiografia positivista do século XIX restringiu o reconhecimento do jornal como fonte de pesquisa, principalmente pela questão da busca da verdade. Esses meios de comunicação não poderiam fazer parte das fontes de pesquisa dos historiadores, pois

abordavam em suas publicações fatos distorcidos, não sendo assim favorável para a pesquisa historiográfica.

No século XIX a tradição positivista, restrita a descoberta da verdade, impedia a utilização dos impressos na produção historiográfica. Imaginava-se, pois, subjetivo, portanto, falsificador da realidade, o que distorcia, por assim, as imagens do passado. Restituir os tempos pretéritos implicava ao historiador rigor no distanciamento do objeto, tanto temporal quanto imparcial, tornando-se, então, tarefa fundamental para se atingir o conhecimento objetivo e verdadeiro (CALONGA, 2012, p. 80).

O avanço na pesquisa historiográfica muda com o legado deixado pela terceira geração dos Annales. Ao longo das últimas décadas do século XX a renovação das fontes e objetos de pesquisas foi adotada, essas novas ferramentas surgem pela necessidade de um novo olhar historiográfico. Caminhando junto com a renovação das fontes de pesquisa que norteiam o trabalho do historiador, vem o uso dos jornais impressos como fonte e objeto de análise.

O uso destes como fonte trouxe diversas questões ao historiador, como pontos de incertezas e possibilidades no fazer histórico a partir dos periódicos. O reconhecimento como fonte ainda é recente. “Na década de 1970, ainda era pequeno o número de pesquisas que se valia dos jornais como fonte” (DE LUCA, 2006, p. 111).

Essa problemática no uso dos jornais impressos como fonte foi mudando com o reconhecimento e necessidade de ampliação do leque de procedimentos metodológicos para as pesquisas historiográficas.

Os jornais impressos são organizados com diferentes signos, seja este de linguagem ou não. Estes fatores são pertinentes ao trabalho do historiador que busca compreender as mudanças do tempo presente.

Segundo Morel, a renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, “na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples reflexo” (MOREL, 2003, p. 8).

Ou seja, os jornais a partir de seus discursos fragmentados moldam a notícia de acordo com seus interesses mercadológicos, buscando sua permanência como mediador dos fatos cotidianos que precisam ser esclarecidos e refletidos para o público. Cabe ao historiador elucidar as particularidades dessa fonte em sua pesquisa. O poder de persuasão dos jornais impressos é muito significativo na construção de uma notícia que vai ser publicada.

A busca de autonomia sugere concepções distintas acerca do papel da imprensa na vida das pessoas. De um lado, a necessidade de independência reforça um suposto caráter missionário. Os expedientes para a construção da notícia justa seriam isentos e desprovidos de interesses pessoais, optando-se pela verdade a qualquer custo. A informação seria vista como ‘espelho da realidade’, minimizando-se o poder manipulador da imprensa (ZANCHETTA, 2004, p. 13).

Entendo que as declarações que serão publicadas nos impressos podem ser moldadas. A grande imprensa viola o cidadão quando esta se cala diante de alguns fatos que deveriam ser publicados e não são. Os meios de comunicação tem um poder centralizador na formação da opinião e cultura pública. Os meios de comunicação não estão preocupados em informar o leitor de acordo com os fatos vigentes e sim moldar os fatos de acordo com seus interesses empresariais.

É pertinente ao trabalho do pesquisador tentar identificar os “enfoques tendenciosos e às mentiras disfarçadas que brotam, com frequência atordoante, das máquinas midiáticas” (MORAES, 2013, p. 14).

Segundo Tania Regina de Luca, a renovação no estudo das abordagens políticas não poderia deixar de dispensar a imprensa como fonte de estudo, pois esta “cotidianamente registra cada lance dos embates políticos”, mantendo uma ação ativa com o processo político (DE LUCA, 2006, p.128).

Cabe ao historiador problematizar as informações contidas nos impressos. As notícias lançadas não podem ser tomadas como verdades, pois como documentação histórica esta pode sofrer mutação. O pesquisador que investiga os jornais trabalha não com verdades, mas com informações que se tornaram notícia, ou seja, é importante tentar identificar qual foi o objetivo da publicação analisando assim seus discursos.

Identificar o grupo empresarial responsável pelo jornal analisado também é indispensável, pois suas ligações e interesses mercadológicos estão à frente de sua função como “quarto poder”. Os interesses empresariais estão à frente das prioridades dos meios de comunicação seja este impresso ou não.

Um questionamento importante é entender a quem os jornais dão voz? Questionar se a função de “quarto poder”<sup>3</sup> ainda pode caracterizar o trabalho dos jornais. Entendo que a imprensa como instrumento social não está a serviço da sociedade. O papel da imprensa como “quarto poder” estava inserido como “espécie de

---

<sup>3</sup> Diz-se que a pessoa que cunhou o termo “quarto poder” foi o historiador Macaulay, embora ele estivesse se referindo à Galeria De Imprensa no Parlamento, e não especificamente à imprensa como um todo (BRIGGS, 2004, p. 197).

contrapoder, um contrapeso aos poderes legítimos na democracia” (RAMONET, 2013, p 65).

Não podemos definir hoje a grande imprensa a partir de uma visão liberal. A ideia de “quarto poder” com liberdade total de expressão, que visava uma responsabilidade a serviço da sociedade, não pode ser midiaticizada pela grande mídia como fator de credibilidade e permanência. A grande mídia utiliza de um senso comum, para a construção de consenso com suas publicações instantâneas.

A subordinação de informações de interesses coletivos a ambições lucrativas; a retórica quase sempre calculista em favor da ‘liberdade de expressão’, que dissimula artimanhas para fazer prevalecer à liberdade de empresa sobre as aspirações coletivas; a perda de credibilidade da imprensa; e as implicações para a democracia (MORAES, 2013, p. 15).

Se os estudos com o uso dos jornais impressos já tem um espaço importante entre os pesquisadores, que tem na imprensa sua principal fonte de investigação, o mesmo não pode ser dito em relação aos jornais impressos maranhenses. Portanto, usá-los como fonte de pesquisa para este trabalho é muito importante, identificando, assim, o posicionamento institucional dos aparelhos privados de hegemonia maranhenses acerca do processo de impeachment do Presidente Collor nos anos 1990.

O foco central não é analisar necessariamente o impeachment e sim entender como foi à divulgação dos fatos pelos grandes impressos maranhenses. Vale a pena destacar, todavia, que as publicações diárias dos jornais impressos não são aqui caracterizadas como fonte de verdade. Entendo que as publicações diárias são moldadas de acordo com interesses empresariais.

Os jornais impressos passam a ser importantes fontes de pesquisa, pois são partes ativas de um processo político. O que proponho é pensar a partir de suas parcialidades e interesses, a visibilidade que os jornais impressos têm neste processo enquanto Sociedade Civil em seus aparelhos de hegemonia. Analisando assim, sua participação no desenrolar do processo de impeachment do presidente Collor.

### **1.3 Imprensa como aparelho privado de hegemonia**

É importante para qualquer pesquisa historiográfica a identificação do referencial teórico que vai ajudar a originalidade do trabalho frente a tantos outros. “As fontes não funcionam sem um aparato teórico-crítico” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 480).

É através do conceito de hegemonia <sup>4</sup>, construído pelo marxista italiano Antonio Gramsci <sup>5</sup> que busco avaliar as particularidades das notícias divulgadas nos principais periódicos maranhenses nesse período de intensos debates hegemônicos. Refiro-me ao conceito de hegemonia principalmente com sua ação na construção do consenso. Entendo que a imprensa tem papel importante nessa ação, moldando assim, suas publicações diárias, com o intuito da construção do consenso.

Gramsci parte, da problemática posta pela ‘crise do marxismo’ da virada do século XIX para o século XX e dos intentos ‘revisionistas’ que recuperaram analítica e politicamente a cisão própria do mundo liberal-burguês entre o econômico e o político e entre o público e o privado (DEL ROIO, 2005, p. 36).

Os estudos deixados por Gramsci são de extrema importância quando o objetivo é entender as mudanças que ocorrem no processo político, contendo a participação ativa da imprensa no jogo político. A mesma atua nesse jogo de poder não como um simples meio de comunicação, mas como grupo hegemônico ou como um agente partidário.

A ação da imprensa como “partido” representa que a mesma não atua de forma imparcial na sociedade civil. Suas publicações diárias dão voz a determinados projetos políticos que buscam se tornar hegemônico. Sua ação vai de encontro com suas necessidades mercadológicas e empresarias, atuando assim, como um partido político.

O estado-maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se partimos do ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘frações de determinados partidos’ (COUTINHO, 2011, p. 302).

A imprensa é vista por Gramsci como uma das mais importantes “casamatas do capitalismo”, utiliza-se de sua arma fundamental a persuasão e sua abrangência para

---

<sup>4</sup> O conceito de hegemonia formulado por Gramsci é realizado através da combinação da força e o convencimento, com peso maior de cada um desses aspectos do poder existente. Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas -, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base maior ao seu poder (SADER, 2005, p.8).

<sup>5</sup> Grande pensador marxista. Nasceu em 1891, na Sardenha. Fez estudos universitários em Turim, onde ingressou no Partido Socialista Italiano em 1913. Gramsci lutou para transformar o PC em um partido de massas. A derrota dos conselhos operários em Turim favoreceu a ascensão do fascismo. Vitorioso o fascismo, Gramsci é preso e condenado a 20 anos de prisão. Foi neste local que escreveu seu grande legado deixado para as gerações futuras, “Os Cadernos e Cartas do Cárcere”. Obras que fazem parte da lista dos maiores expoentes do pensamento revolucionário (SADER, 2005, p.7, 8, 9).

construir um consenso no meio social. É claro que não posso partir do viés de que todas as pessoas que leem o jornal acabam interpretando a notícia como verdade.

O objetivo fundamental seria esse de interpretar a notícia antes de chegar a alguma conclusão. No entanto, as publicações diárias são organizadas para persuadir a opinião pública formando assim um consenso acerca de determinado projeto ou ideologia. Segundo Gramsci uma questão fundamental de preocupação dos meios de comunicação é o ideológico, pois o objetivo é que, “satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas” (GRAMSCI, 1979, p. 179).

Esse favorecimento de um determinado projeto que visa se tornar hegemônico fica evidente durante a campanha Presidencial de 1989. A imprensa, tanto nacional quando regional, atua na vitória do projeto defendido pelo então candidato Fernando Collor como agente formador da opinião pública, noticiando diariamente de forma positiva o projeto do candidato do PRN. Nesse momento o projeto vitorioso sem dúvidas é o projeto que teve mais apoio dos meios de comunicação, o do então candidato Fernando Collor de Mello.

É importante salientar que outro projeto contra hegemônico lutava para se tornar hegemônico, o do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, atuando e reivindicando com seus aliados durante todo o Governo Collor contra o projeto vigente.

É evidente que num primeiro momento o projeto do candidato Collor foi o mais midiaticizado como a solução para conter a crise brasileira, mas em outros momentos ele foi questionado por embates políticos e ideológicos que surgiram no decorrer da implantação do mesmo. É preciso compreender que o modelo de Estado Neoliberal defendido de forma positiva pelos impressos não foi aceito por todos. Ao contrário, este momento foi ceifado por embates diferentes entre as forças sociais.

Dois projetos buscavam se tornar hegemônico, o do candidato Fernando Collor e o outro do Candidato Lula. É necessário compreender que esse Modelo de Estado Neoliberal em seu sentido mais amplo, fora o mais midiaticizado, o que não quer dizer que não existiam outros. É preciso analisar o Estado em seu sentido mais amplo como o apresentado em Gramsci.

Com novas determinações: a sociedade política ‘Estado em sentido estrito’ ou ‘Estado-coerção’, que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das

ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) (COUTINHO, 2012, p. 127).

Mesmo com o apoio maciço da mídia, Collor não o faz sozinho. Os mais diversos grupos sociais aspiravam por mudanças em todos os setores, depois de um tenebroso período de Ditadura o que a sociedade aspirava era mudança. “O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada, desejos e sonhos, toma como base a realidade efetiva” (GRAMSCI, 2012, p. 35).

Através de suas ferramentas a imprensa busca sempre lhe trazer benefícios particulares com suas publicações. O pesquisador precisa tentar identificar a subjetividade dos agentes construtores da notícia, além da questão hegemônica, a imprensa se molda pela “guerra de posições”, ou seja, através de alianças que são ampliadas de acordo com os interesses mercadológicos de seus donos, o empresariado.

A busca pelo poder hegemônico se dá através da “política de alianças”. Os empresários “se não todos, pelo menos uma elite deles devem possuir a capacidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 1979, p.4).

É importante refletir e questionar sobre o papel que a mídia impressa exerceu na publicação diária do Projeto de Reconstrução Nacional do candidato Collor. Será que essas publicações foram aceitas de forma tão pacífica assim? Será que não existiu nenhuma força contrária ao modelo de Estado que se buscou implantar com as reformas neoliberais com o projeto defendido no Governo Collor?

Entendo que a instituição da imprensa na sociedade civil é construída não para promover o entendimento nacional, dando voz assim à opinião pública, sendo a mediadora entre o público e o privado. Acaba utilizando de sua abrangência e prestígio para ajudar o grupo dominante promover seu exercício de hegemonia na sociedade civil. A imprensa deveria atuar como fiscalizador das ações da política e não como ator que busca interpretar os fatos a serviço dos interesses privados.

O imediatismo da notícia do século XXI precisa ser visto com olhar de desconfiança. Segundo Serrano, “a mídia não exerce o direito à liberdade de expressão, mas o direito à censura, na medida em que decide o que nós, cidadãos, vamos conhecer e o que não” (SERRANO, 2013, p. 78).

Maria Helena Rolim Capelato chama atenção para isso, quando analisa a atividade jornalística como uma “mercadoria particular”. A atividade jornalística em sua produção é exercida por empresas privadas que visam sua atividade econômica. “Ocorre

que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos” (CAPELATO, 1988, p. 18).

A informação não é publicada e apresentada como um direito do público. As notícias são moldadas de acordo com interesses particulares. São apresentadas como mercadorias que precisam ser vendidas.

A atuação dos jornais, “constitui um instrumento de manipulação e interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988, p. 21). É através dessas particularidades que Capelato chama atenção para o uso da imprensa como fonte e objeto de análise. Assim, como outras fontes esta atua como “agente da história”, existindo a necessidade de o historiador estudá-la.



## **CAPÍTULO 2. GOVERNO COLLOR: trajetória política e a relação com a mídia**

O desenvolvimento desse capítulo propõe num primeiro momento analisar algumas das principais obras que desenvolveram apontamentos importantes sobre o Governo Collor. A literatura específica, artigos e livros sobre as características e transformações via Governo Collor encontra-se ainda hoje muito mais no campo da Ciência Política, Sociologia e da Comunicação, do que no campo da História. No entanto, não posso deixar de colocá-las como leituras obrigatórias quando o objetivo é entender as particularidades do primeiro Presidente da República pós o período turbulento de Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O debate sobre essas literaturas traz diferentes possibilidades de entender esse processo que foi tão característico na política brasileira. A interpretação da literatura bibliográfica especializada é determinante no desenvolvimento de novos trabalhos.

É através das interpretações de autores como Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos no trabalho *A imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor (1994)*; *Noticias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor (1999)* de Mario Sergio Conti; *Collor: O Ator e suas circunstancias (2007)* de Carlos Alberto Furtado de Melo; *A queda de Collor: uma perspectiva histórica (2000)* de Thomas Skidmore; *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo (2011)* de Brasílio Sallum Jr; *Collorgate: mídia, jornalismo e sociedade nos casos Watergate e Collor (2008)* de Sérgio Campos Gonçalves; *A queda de Collor: uma perspectiva comparada (2000)* de Richard Downes e Keith S. Rosenn; *Fontes institucionais da corrupção no Brasil (2011)* de Barbara Geddes e Artur Ribeiro Neto; *Além de Collorgate: uma perspectiva de consolidação democrática no Brasil via reformas políticas (2011)* de David Fleischer.

Busco fazer uma avaliação de entendimento sobre esse processo através das literaturas citadas acima. O objetivo gira em torno do contexto histórico de Fernando Collor de Mello, avaliando sua trajetória política e sua relação com os meios de comunicação. Esse capítulo traz todo o embasamento da trajetória política de Collor, auxiliando assim, as análises que serão feitas no último capítulo.

Por último visio fazer breves apontamentos sobre o papel da mídia na queda do presidente Collor, avaliando se o discurso publicado no jornalismo impresso tem efeitos nesse processo e no desenvolvimento da opinião pública. Essas discussões são de

fundamental importância para entender os elementos responsáveis pela crise e pelo processo de impeachment instaurado contra o Presidente Collor. Identificando depois como foi por parte da imprensa maranhense seu posicionamento acerca desse momento histórico.

## **2.1 O Candidato, o Presidente e o Impedido: trajetória política**

O país atravessou um período de intensa mobilização política no período compreendido entre 1989 a 1992. Depois de trinta anos sem eleições diretas para Presidente o eleitorado brasileiro volta às urnas em 1989 para exercer seu direito de votar no Presidente do País de forma livre e democrática, conforme a Constituição democrática de 1988. Puderam votar e escolher um, entre os 22 candidatos que faziam oposição ao então presidente José Sarney.

Tendo como pano de fundo o contexto da Crise do Estado e da implantação de políticas neoliberais, não só aqui como em vários países da América Latina e Europa, o candidato Collor de Mello transformou sua propaganda eleitoral durante as eleições de 1989 como um poderoso instrumento de nacionalização da agenda neoliberal como único caminho possível para recuperação da intensa crise econômica que o país então vivia. A campanha de 1989 refletiu a expectativa do eleitorado, das lideranças políticas e da imprensa em torno da escolha do candidato que, enfim legitimado pelas urnas, seria capaz de promover as mudanças que a sociedade aguardava pós o período de ditadura civil-militar.

Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente a ser eleito conforme a Constituição democrática de 1988, quase trinta anos depois sem eleições diretas para presidente. A última eleição em que elegeram de forma direta um presidente do país foi em 1960 o então candidato Jânio Quadros.

Para chegar onde queria, Collor precisou da mídia<sup>6</sup>, e a grande imprensa, por seu lado, precisava de Collor. Não dele, especificamente, mas de um personagem capaz de empolgar o eleitorado em torno de uma agenda de reformas inspirada pela onda neoliberal que se espalhava pelos continentes.

---

<sup>6</sup> De acordo com o Dicionário de Comunicação escrito por Rabaça & Barbosa (2003), mídia é conceituada como “conjunto dos meios de comunicação existentes em uma área, ou disponíveis para uma determinada estratégia de comunicação. Grafia aportuguesada da palavra latina *media* (...). *Media* em latim, é plural de *médium*, que significa, meio (...) costuma-se classificar os veículos em duas categorias: mídia impressa (jornal, revista, folheto, outdoor, mala direta, displays, etc.) e mídia eletrônica (TV, rádio, CD, vídeo, cinema, etc.)” (p. 490).

A proposta de seu governo era fazer a redução do papel do Estado na economia, liberalização do fluxo de capitais, abertura para as importações e a flexibilização das leis trabalhistas<sup>7</sup>. Diferente de todas as demais candidaturas presentes na campanha presidencial, a sua traz a marca inconfundível dos processos mercadológicos da mídia (WELTMAM, 1994, p. 11).

A relação forte de Collor com a imprensa é marca inconfundível do trabalho de Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos em *A imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor* (1994). Este trabalho apresenta questões cruciais acerca do papel da imprensa na ascensão e na queda do presidente. Os autores analisam esse processo através das publicações dos principais órgãos da mídia impressa do país, entre eles os jornais impressos (O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e as Revistas Veja e Isto É).

O objetivo da análise é compreender a ação dos mesmos, através da cobertura jornalística feita na ascensão e na queda do então presidente Collor. Colocando em destaque o papel dos atores envolvidos nesse processo, principalmente no que tange ao papel da imprensa e ao marketing midiático do candidato Collor.

A mídia se constitui num fator analiticamente autônomo e conjunturalmente decisivo tanto na conformação do quadro eleitoral em que Collor se saiu vitorioso quanto na formação do contexto de crise em que seu governo se colou, e, por último mas não menos importante, na condução do processo de mobilização das forças políticas que o destruíram (WELTMAN, 1994, p. 2).

Esse trabalho coloca o candidato Collor como sendo um produto da mídia, sendo beneficiado com a midiática de seu forte marketing político. É nítido que o candidato Collor se destaca dos outros candidatos por sua ação inteligente diante da construção de sua imagem como “salvador da pátria”.

No entanto, é relevante entender que o candidato Collor num primeiro momento não teve tanto apoio da mídia assim. Posso dizer que ele era um dos candidatos menos conhecidos entre a população naquele momento. É claro que isso muda no decorrer da campanha eleitoral de 1989.

---

<sup>7</sup> Segundo Perry Anderson o neoliberalismo nasce como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9-23).

Nos idos de março de 1989, a candidatura de Collor não parecia ser digna de muita atenção por parte da grande imprensa. Na verdade, Collor aparecia no noticiário menos na condição de candidato do que de administrador público que se tornara famoso em nível nacional pelo seu apregoado combate aos ‘marajás’ e funcionários ‘fantasmas’ de Alagoas (WELTMAN, 1994, p. 17).

Mesmo não sendo um dos candidatos à presidência mais conhecido nas eleições de 1989. O candidato Collor já tinha iniciado uma relação de comunicação a nível regional, ou seja, no momento em que exerceu a função de governador de Alagoas buscou de forma “mercadológica” administrar o Estado. Foi dessa forma que foi ficando conhecido na grande imprensa e também a nível nacional. Como o famoso “caçador de marajás”<sup>8</sup>.

Essa relação de Collor com mídia nasce dessa forma, antes de se declarar como candidato a presidência do país o mesmo já era conhecido como um governador que lutava contra a corrupção. Foi assim que ficou conhecido nacionalmente. É através dessa ação de comunicabilidade que Collor fica conhecido como um candidato que soube como nenhum outro agradar as diferentes classes sociais.

Seu marketing político foi arquitetado nos mínimos detalhes, a começar pela própria escolha cuidadosa do nome do partido que Collor concorreria às eleições o Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O nome ‘Partido da Reconstrução Nacional’, em substituição ao ‘Partido da Juventude’ foi cuidadosamente pensado para transmitir, ao mesmo tempo, a ideia de mudança, de renovação e de restauração de uma ordem de coisas, personificada na figura de Collor (WELTMAN, 1994, p. 20).

O candidato Fernando Collor de Mello surge no cenário político como um candidato novo, moderno. Essa foi a principal característica de seu marketing político midiático no país através dos principais órgãos de imprensa. Collor procurou vender sua imagem primeiramente para os meios de comunicação, essa tática foi importante para que ele fosse “vendido” depois como o candidato perfeito que tiraria o país da grande crise.

É forçoso admitir, contudo, que em todo esse processo o *marketing* de Collor e seus assessores contou não apenas com farto espaço na mídia, mas também com uma verdadeira adesão editorial dos principais órgãos de imprensa. Quer dizer, os seus ‘reclames’ foram não apenas divulgados como também incorporados à própria pauta dos veículos, e

---

<sup>8</sup> Mito reproduzido nos meios de comunicação, do inimigo público número um da corrupção, do empreguismo e da inépcia governamental (WELTMAN, 1994, p. 27).

tal como ‘anunciantes’ desejavam: com seus *slogans*, bordões, ênfases e apelos. Se o homem público buscou desde cedo vender-se como produto, os jornais e revistas do país foram os seus primeiros consumidores (WELTMAN, 1994, p. 22).

Entendo que essa relação favoreceu a vitória de Fernando Collor. Diferente dos outros candidatos soube sobreviver nesse cenário. Ele sabia exatamente o que os brasileiros esperavam ouvir nas propagandas eleitorais. “Ele simplesmente sempre disse o que se queria ouvir, e fez (ou sugeriu fazer) o que se queria que fosse feito. Em particular, o que a mídia queria ouvir e ver feito” (WELTMAN, 1994, p. 26).

Um ponto importante do trabalho de Fernando Lattman-Weltman é entender como foi produzida a participação dos meios de comunicação nesse novo cenário da política brasileira. O país estava ainda se recuperando do período de ditadura civil-militar, período de intensos combates, políticos e principalmente ideológicos.

Este período é marcado pela opressão, difundida como fator que levaria a “ordem ao país”. Boa parte das publicações foram censuras, tudo era minuciosamente acompanhado para que nada fugisse aos olhos dos militares. As barbaridades cometidas não deveriam de maneira nenhuma ser publicado, o objetivo era fingir que nada estava acontecendo, a monstruosidade cometida pela ação do governo militar deveria ficar só nos quartos escuros onde era cometida a tortura.

Com o fim da ditadura civil-militar, os meios de comunicação produziram voz mais ativa aos processos políticos. Mesmo que essa “liberdade de imprensa” seja para oferecer voz aos seus interesses empresariais e mercadológicos. Essa ação e participação dos grandes órgãos de comunicação do país no processo político são analisadas no trabalho de Lattman-Weltman. É importante compreender a quem a grande mídia dá voz.

Seguindo uma linha não tanto de análise do papel desempenhando dos meios de comunicação na vitória e na derrocada do presidente Collor, mas, com uma linha de explicação sobre a ação dos principais órgãos de comunicação do país vem o trabalho *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor* (1999), do jornalista Mario Sergio Conti.

Esse trabalho está dividido em duas partes. O primeiro momento é dedicado para mostrar a trajetória de Collor até sua vitória nas eleições de 1989. Na segunda parte é detalhada a trajetória das ações do presidente durante seu governo e sua relação com a crise e denúncias de corrupção que estava envolvido.

Conti vai narrando a trajetória de Fernando Collor de Mello através dos principais veículos de comunicação do país. Narra de forma detalhada o envolvimento e posicionamento de jornalistas, editores, fotógrafos, repórteres e dos empresários donos desses órgãos de comunicação. O jornalista Conti vai esboçando o perfil dos jornalistas que vivenciaram esse momento histórico do país.

Os principais órgãos de comunicação do país que tiveram um envolvimento com Fernando Collor de Mello e que são detalhados no livro de Conti são os jornais (Gazeta de Alagoas, Rede Globo, Jornal do Brasil, O Globo, Folha de São Paulo, SBT, Rede Povo, TV Record, Frente Brasil Novo, Rede Bandeirantes, Tribuna de Alagoas, O Estado de São Paulo, Palácio do Planalto, Palácio dos Bandeirantes e as revistas Veja, Playboy e Isto É.

Esse trabalho é fundamental para entendermos como foi construída essa relação direta entre o candidato, o presidente e o impedido e os principais veículos de comunicação do país. É possível ver toda a ação dos meios de comunicação na organização das notícias mais relevantes sobre a vida pessoal e profissional do ex-presidente. Cheio de promessas, seu maior trunfo era sua popularidade, sendo muito apoiado pelas emissoras de televisão. Candidato jovem que pregava um estilo de vida saudável e moderno.

O objetivo era ser conhecido pelos brasileiros. Conhecido como jovem energético que não participava das jogadas dos jaquetões da política. Seu estandarte de autodivulgação, fincado mais no solo da indignação moral que no da racionalidade política, era o do combate aos servidores públicos com proventos faustosos. Prometia acabar com os salários robustecidos por manhas burocráticas. Acabar com o nepotismo que pendurava apaniguados de políticos na máquina do estado (CONTI, 1999, p. 13).

Essa auto divulgação de Collor também foi questionada no trabalho de Weltam (1994). Pois ele vai criando maneiras de ser notícia, primeiro a nível regional e depois nacional. O trabalho de Conti também apresenta isso, Collor foi “atrás dos jornalistas e os convenceu de que era notícia”. Essa foi uma característica pessoal do candidato Collor (CONTI, 1999, p. 30).

Depois de ficar conhecido como “caçador de marajás”, passou a ter mais apoio da população. O imaginário popular acerca do candidato Collor foi construído principalmente por essa imagem de candidato que combate a corrupção. Essa imagem foi midiaticizada nos grandes meios de comunicação, principalmente porque era uma notícia que todos queriam ouvir naquele momento de crise.

Como candidato à Presidência, dois terços dos eleitores queriam alguém indignado com a roubalheira. Que tivesse ímpeto e energia para tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Que fosse corajoso e não entrasse no jogo tradicional da política. Não pertencesse ao sistema de poder e tivesse um passado limpo (CONTI, 1999, p. 97).

A campanha de Collor foi um fenômeno político e eleitoral, recebeu apoio direto da Rede Globo. Segundo o diretor da Rede Globo Antonio Drummond, o candidato Collor era um produto da mídia e esta por sua vez era representada no país pela Rede Globo. Ou seja, o apoio da emissora de Roberto Marinho deveria ser para esse candidato, visto que as notícias sobre ele só crescia na mídia. Para Roberto Marinho ele tinha condições de se eleger, ele era mais “assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas ideias privatistas” (CONTI, 1999, p. 168).

A campanha presidencial de 1989 foi disputadíssima voto a voto pelos candidatos tanto no primeiro turno quanto no segundo. Os candidatos que disputaram o segundo turno da presidência foi Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva. Fernando Collor foi eleito pelo segundo turno nas eleições de 1989 à Presidência do país, pelo recém-criado Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Derrotando o então candidato de esquerda e pouco “telegênico”<sup>9</sup> Luís Inácio Lula da Silva, candidato da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Com mais de 50% dos votos válidos. Fernando Collor de Mello foi escolhido por 35 milhões de eleitores, Luís Inácio Lula da Silva conquistou 31 milhões de eleitores, 44%, uma diferença de 4 milhões de votos na eleição presidencial mais polarizada e disputada da história do Brasil (CONTI, 1999, p. 273).

O interessante é analisar que Collor é fruto desse meio, herdeiro de um grupo de comunicações de Alagoas soube muito bem como moldar sua imagem a favor de diferentes interesses. Segundo Mario Sérgio Conti as diferenças entre Collor e Lula eram óbvias o candidato do PT de tradição esquerda “defendia o igualitarismo, a participação popular e a restrição de privilégios dos ricos” enquanto o candidato do PRN falava em resolver “a bagunça, o caos, o totalitarismo, à bandeira vermelha” (CONTI, 1999, p. 275).

Podemos entender desta maneira como foi construído o apoio que a classe burguesa e o empresariado oferecem a Collor. O candidato do PRN não foca suas promessas somente em um setor da sociedade, mas fala de forma geral, prometendo

---

<sup>9</sup> O então candidato do PT Luís Inácio era chamado de “sapo barbudo” por Brizola, outro candidato que disputou a presidência em 1989, Brizola ainda designava Lula como pouco telegênico, diferente do candidato que vence as eleições Fernando Collor (CONTI, 1999, p. 204).

remodelar o papel do Estado na economia de forma moderna, levando o desenvolvimento a todos os setores da população. As expectativas em torno do projeto defendido por Collor eram enormes. Aproveitou as oportunidades para vencer as eleições.

Outra literatura que discuti sobre as oportunidades que Collor soube aproveitar é *Collor: O Ator e suas circunstâncias* (2007) de Carlos Alberto Furtado de Melo. Trabalho fruto da tese de doutoramento em Ciências Sociais de Carlos Alberto Furtado de Melo, sob o título *Collor: Fortuna Sem Virtù – Ascensão e Queda de um Medalhão*.

O autor busca entender as especificidades do governo Collor, analisando sua personalidade como ator político que nada tem de novo. Segundo o autor Collor se mostrou um político frágil e despreparado.

Melo inicia sua análise fazendo diversos questionamentos buscando encontrar respostas. Como um candidato pouco conhecido se fez presidente em tão pouco tempo? E até que ponto é possível dizer que a ascensão de Collor não passou de uma ocorrência isolada ou mero acidente de percurso? Tendo como objetivo entender o contexto político, econômico e social brasileiro, que dá ascensão e vitória ao candidato menos conhecido da disputa eleitoral a presidência da República nos anos 1990.

Uma particularidade do trabalho de Melo é a discussão em torno de Collor como sendo um candidato populista. Para o autor, Collor soube erguer a bandeira do populismo com seu discurso messiânico, organizando de forma inteligente sua imagem no meio político.

No entanto, o autor coloca que esse é um conceito complexo e que precisa ser analisado de forma mais profunda. Ele vincula esse termo para Collor ao que Max Weber chamou de “dominação carismática” (MELO, 2007, p. 2).

O então presidente da República bem soube explorar essa fé e as esperanças que nele depositavam tanto os mais humildes, como preponderante parcela da elite. Impossível lhe negar argúcia e sensibilidade política na construção de símbolos e no apuro de sua imagem. Como ninguém, tentou expressar dotes extraordinários, sejam eles atléticos, políticos, intelectuais, ou mesmo de valentia e de virilidade. Como ninguém, buscou afirmar sua autonomia e reafirmar seu poder acima de toda e qualquer pressão política, sua energia e disposição física para o conflito. Soube explorar o messianismo, sentimento desde sempre presente em grande parcela da população. Representou a esperança de que o salvador da pátria virá; uma espécie de Dom Sebastião redivivo e moderno (MELO, 2007, p. 3).



Para o autor, Collor soube aproveitar melhor as oportunidades e soube se colocar como um líder populista, carismático. Seu discurso era midiaticizado em favor dos “descamisados”, mesmo que fosse só no discurso porque na prática não foi bem assim. “Ascendeu ao poder por meio do discurso populista, ainda que do ponto de vista econômico não pudesse operar política desse tipo” (MELO, 2007, p. 22).

Em Collor, a ambiguidade estará presente na elaboração discursiva moralista para a massa e na apresentação da defesa de propostas programáticas de modernização para a elite. A ambiguidade torna-se ainda maior quando se sabe que no governo, as articulações de bastidores negavam tanto o discurso quanto o projeto (MELO, 2007, p. 35).

Segundo Melo, a ambiguidade é da própria natureza do populismo. E em Collor não seria diferente, pois midiaticiza um discurso em prol da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo proclama medidas que iriam favorecer os empresários. Outro ponto visto do autor como sendo um termo de ambiguidade de Collor é a proclamação de modernidade. Collor era um “representante dos setores tradicionais e oligárquicos da política e da economia brasileira” (MELO, 2007, p. 35).

De forma inteligente conquistou o apoio das diferentes classes sociais. As suas promessas eram tanto para os setores da elite, quando para a massa. Os meios de comunicação propagandeavam desta maneira, notícias acerca do progresso do país e do crescimento e oportunidade profissional, no entanto, esse avanço não chegou de forma igualitária para todos.

Collor clamava ao seu público que não o deixassem só. Esse era o apoio que buscava para se legitimar. Todavia, o compromisso com as reformas modernizadoras do Estado acarretará perdas aos mais diversos setores, mas, sobretudo, às massas. A contrariedade de interesses que despertaria e a impossibilidade do atendimento das demandas populares elevaram as pressões que resultaram numa tensão politicamente ‘imanejável’ (MELO, 2007, p. 37).

Entendo que a mídia teve sua participação na promoção do consenso em torno do projeto defendido por Collor. O jovem presidente Collor, utilizando-se de forte marketing político, vendeu uma imagem de renovação, mesmo que baseado nos tradicionais quadros políticos oligárquicos do país. Seus deslizes econômicos e administrativos propiciaram sua derrubada. Os mesmos órgãos de comunicação do país que venderam sua imagem são os mesmos que ajudam a derrubá-lo.

Collor pareceu não compreender seus limites e não consolidou compromissos. Fez-se fraco no Congresso Nacional por não se

importar em formar maioria coesa; aos meios de comunicação contrariou por meio de negócios de compra e venda de empresas do setor que pessoas de seu grupo mais próximo organizavam nos bastidores. Querendo autonomia em relação à mídia, com parceria com Paulo César Farias, resolveu não ser apenas a voz da mídia, mas a própria mídia. O resultado foi desastre (MELO, 2007, p. 38).

A mídia caminha junto com Collor em todos os momentos seja na criação do mito de um candidato moderno que vai melhorar o quadro de instabilidade do país, ou na midiaticização das denúncias de corrupção contra o presidente e a crise política, fatores que leva a derrocada do presidente através do processo de impeachment.

Segundo a linha interpretativa que analisa a personalidade de Collor como fator determinante no processo de sua derrocada vem o artigo de Thomas Skidmore *A queda de Collor: uma perspectiva histórica* (2000). O autor analisa o processo de impeachment pelos traços pessoais de Collor. Fazendo um cruzamento para explicar o impeachment, primeiro a partir de sua personalidade que inviabilizou a negociação e o segundo através da política brasileira que vem de um sistema fragmentado.

A queda do presidente brasileiro Fernando Collor de Mello foi um processo tão dramático que somos tentados a nos prender em seus detalhes pessoais. Um jovem e telegênico presidente (chamado por George Bush de ‘Indiana Jones’ brasileiro), um irmão disposto a desmascará-lo, um sinistro traficante de influências com um avião apelidado de ‘morcego negro’, uma mãe calejada na política, embora emocionalmente perturbada, uma mulher que gastava milhares de dólares pelas butiques europeias – tudo isso é tema para as telenovelas brasileiras, e não para o terreno da política na nona economia industrial do mundo (SKIDMORE, 2000, p. 23).

Segundo o autor a crise e derrocada de Collor no processo de impeachment foram em decorrência de sua personalidade. Sendo necessário assim fazer uma análise profunda dessas ações. O governo Collor desde o início foi contraditório<sup>10</sup>, principalmente em suas ações, primeiro porque usou a mídia para se promover como representante da modernidade, segundo porque era fruto do sistema político arcaico nordestino e terceiro porque achou que usaria a mídia novamente para proclamar-se honesto diante das denúncias de corrupção que estava envolvido.

Collor transmitia uma identidade política esquizofrênica; em parte rebento de um antiquado clã político nordestino, em parte o dinâmico e jovem representante de um Brasil ‘moderno’ (sendo esta última

---

<sup>10</sup> A questão da contradição diz respeito à imagem de Fernando Collor ao promover-se como um candidato moderno e novo no cenário político. Sendo que o mesmo é fruto da política e herdeiro do meio midiático. Entre o arcaico e o moderno.

imagem principalmente fruto do trabalho de sua equipe de relações públicas) (SKIDMORE, 2000, p. 26).

Uma questão pertinente para esse trabalho se dá principalmente no que diz respeito à ação da mídia na vitória do candidato Collor e depois na derrocada do presidente. Ou seja, a mídia molda-se nos vários cenários, se colocando sempre como imparcial. É essa ação de imparcialidade dos impressos que precisa ser compreendido.

Dando continuidade ao mapeamento de algumas obras que explicam o governo Collor, principalmente no que diz respeito à análise do processo de impeachment temos o trabalho de Brasílio Sallum Jr. *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo (2011)*. O trabalho de Sallum ao fazer uma reinterpretação do processo de impeachment através da interpretação de outros autores que explicam o impeachment.

As diferentes interpretações analisam o processo a partir do viés da personalidade, do papel das disputas político-institucionais, das interpretações acerca das dimensões societárias ao governo e por último faz um esboço mais explicativo sobre o processo de impeachment. O autor deixa claro que não tem o objetivo de negar as explicações de tais autores, mas pretende através delas encontrar novas explicações para o processo.

Segundo Sallum, vários são os fatores relevantes que explicam o processo de impeachment do governo Collor e esses fatores devem caminhar juntos quando o objetivo diz respeito à compreensão dessa problemática. Ele expõe que há a necessidade de fazer um quadro organizado por um conjunto de eventos e fatores explicativos sobre o impeachment, isso ia permitir uma interpretação mais ampla sobre o caso Collor.

Para Sallum, a literatura que explica o impeachment a partir da personalidade do presidente tem razão em alguns fatores, mas limitando o entendimento. Para ele a importância de colocar a personalidade em debate se deu somente porque esse se tratava de um caso de um presidente da República que deveria atuar com um presidencialismo forte e não foi.

As opções políticas que parecem manifestar sua personalidade estavam inscritas na Constituição de 1988. Não compartilhar o executivo com os partidos e não preocupar-se em formar uma maioria parlamentar estável eram possibilidades que a Constituição de 1988 lhe oferecia. Dado que elas pareciam pequenas o papel que boa parte dos congressistas, governistas e oposicionistas desejava para os partidos ou o Parlamento, aquelas opções podem ser interpretadas como derivadas da personalidade 'arrogante', 'voluntarista', 'pouco propensa à negociação' do Presidente (SALLUM, 2011, p. 195).

O segundo fator que Sallum reinterpreta é referente à importância da dimensão político-institucional, pois cabe investigar se os efeitos de suas escolhas políticas foram determinantes e danosos ao equilíbrio de seu governo.

O terceiro fator que merece ser questionado é a mobilização coletiva que ocorre ao longo da crise governamental, determinante para o prosseguimento do processo de impeachment. Para Sallum, os motivos que impulsionaram as mobilizações não dizem respeito somente aos resultados negativos da política econômica do governo, mais impulsionadas também por outros fatores.

A reconstituição das manifestações públicas ao longo de 1992 permite dizer, além disso, que embora as entidades estudantis e sindicais e as associações de classe média profissional tenham mostrado capacidade autônoma de mobilização contra o presidente Collor, elas só ganharam volume e intensidade no final de agosto, depois da aprovação do relatório final da CPI, sob direção da coalização partidária pró-impeachment (SALLUM, 2011, p. 198).

Todos esses fatores segundo Sallum são determinantes para a dissolução do processo de impeachment. Além desses outros fatores merecem ser destacados como o papel das disputas ocorridas ao longo do governo e acerca do papel desempenhado pelos partidos de oposição no processo de impeachment. Todos esses fatores mostram que as causas do processo de impeachment contra Collor são múltiplas.

Outra perspectiva de análise é a abordagem comparativa. Um desses trabalhos que analisam o governo Collor por esse viés é o do historiador e jornalista Sérgio Campos Gonçalves em *Collorgate: mídia, jornalismo e sociedade nos casos Watergate e Collor (2008)*.

O autor busca fazer de forma detalhada, a comparação entre dois presidentes que tiveram sua saída marcada pela abertura do processo de impeachment. O caso do presidente norte-americano Richard Nixon e do presidente brasileiro Fernando Collor de Mello. Ambos os casos tiveram como ponto de referência a participação da mídia no processo.

Segundo o autor há essa necessidade de fazer essa comparação, pois os dois casos marcaram a história tanto política quanto a própria história da imprensa. Fatores que segundo ele importantes para as respectivas sociedades. Outra contribuição é segundo o autor “fomentar uma reflexão sobre a importância e do poder da imprensa na fiscalização dos poderes públicos” (GONÇALVES, 2008, p. 20).

Historicamente a imprensa se coloca como o “quarto poder”, ou seja, tendo total liberdade de expressão para fiscalizar os poderes políticos, com o intuito de defender talvez os interesses públicos. Não podemos achar que as publicações que saem diariamente nos principais órgãos de comunicação do país estão isentas de imparcialidade. É importante compreender que a maioria dos órgãos de comunicação atua no exercício de sua função em benefício de seu próprio sistema.

Para o autor, vários são os pontos que precisam ser questionados entre os dois presidentes, o primeiro deles é que o Presidente Nixon instaurou o processo de vigilância interna contra seus adversários, atacando assim a liberdade de expressão e pensamento, mesmo sendo esse o primeiro artigo da constituição do país, o direito de liberdade.

Enquanto Collor queria governar de forma isolada, justamente no momento em que a população votou de forma livre e direta no presidente pós-ditadura. Os dois presidentes acabaram se contradizendo em suas ações.

Ainda que os fatos do caso Watergate tenham acontecido nos Estados Unidos e os fatos do caso Collor tenham acontecido no Brasil, mesmo que os respectivos contextos sejam isolados um do outro, que dezoito anos separassem os casos, e que Collor, muito provavelmente, não tivesse se inspirado em Nixon; os pontos de tangência dos casos Watergate e Collor foram o tráfico de influência, lavagem de dinheiro e as conexões de corrupção. Os quais, por sua vez, redundaram no final comum, na abertura de dois processos de impeachment, um para Nixon e outro para Collor (GONÇALVES, 2008, p. 68).

Para o autor essa análise de comparação traz debates e lições, alertando principalmente sobre o policiamento das instituições da política e da imprensa que são fundamentais para uma democracia (GONÇALVES, 2008, 78).

Outro autor que trabalha com a linha de interpretação comparada é Richard Downes e Keith S. Rosenn em *A queda de Collor: uma perspectiva comparada* (2000), trabalho que tece comentários sobre a queda de Collor fazendo uma análise de como alguns dos contemporâneos de Collor mantiveram-se no poder, enquanto ele e o Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez renunciaram pós-inúmeras denúncias de corrupção.

O ano 1990 é marcado por inúmeras mudanças na política de vários países da América Latina. Essa necessidade é uma tentativa de recuperação depois do período conhecido como “década perdida”, momento marcado por frustrações econômicas.

Segundo Downes, o eleitorado dos países latino-americanos fincaram suas esperanças nas promessas de salvação dos presidentes que levantaram a bandeira da privatização e do neoliberalismo. A promessa era de “prosperidade democrática e a estabilidade econômica” (DOWNES, 2000, p.195).

Collor convenceu a maioria dos eleitores de que era um messias econômico que venceria a hiperinflação, eliminaria a corrupção generalizada, reduziria drasticamente a burocracia gargantuesca e retomaria o caminho do crescimento econômico acelerado. Analogamente, Carlos Saúl Menem, da Argentina, Carlos Salinas de Gortari, do México, Alberto Fujimori, do Peru, e Carlo Andrés Pérez, da Venezuela, lançaram-se todos na missão de tirar seus países do atoleiro dos anos 1980, restaurando lhes a saúde econômica (DOENES, 2000, p. 196).

Vários desses presidentes foram acusados de corrupção ao mesmo tempo em que prometiam mudanças. A necessidade de entender esses fatores gera um dos questionamentos do texto. Se as causas do envolvimento dos presidentes latino-americanos em denúncias de corrupção são devido às reformas neoliberais que são instauradas como mecanismo de salvação. Segundo o autor essa é uma questão muito complexa que precisa ser analisada com calma.

Um fator importante para as denúncias de corrupção foi o papel que a mídia exerceu nesse momento. “O ativismo da imprensa talvez tenha sido responsável pela revelação de práticas antiga, porém anteriormente encobertas” (DOWNES, 2000, p.197).

Esse papel se dá pela maior liberdade de imprensa que os órgãos de comunicação tiveram nesse momento. Sendo indispensável ter cautela ao questionar essa ação da mídia, pois a mesma utiliza desse direito constitucional muitas das vezes para mediatizar notícias que lhe tragam benefícios empresariais próprios.

Para Downes, não podemos alegar ao certo se a corrupção aumentou ou não com as reformas neoliberais, ou se a consciência pública ficou mais apurada no que diz respeito a prática de corrupção. Um dos fatores que o autor menciona que podem influenciar a permanência ou o afastamento de um presidente de seu cargo é a sua incapacidade de controlar o Supremo ou ter um forte bloco parlamentar.

A experiência de Collor e seus contemporâneos mostra que múltiplos fatores pessoais, institucionais e sociais determinam a capacidade dos presidentes latino-americanos para implementar programas neoliberais. No caso do Brasil, o poder de altos executivos de empresas estatais e burocratas ameaçados pelas reformas de Collor pode ter influenciado o processo de impeachment. A imprensa e as

associações profissionais dedicadas à transparência no governo, bem como as restrições legais e institucionais obviamente influenciaram a sorte de Collor e seus colegas neoliberais, mas a capacidade deles para influenciar o Judiciário talvez tenha tido um papel central, se não determinante (DOWNES, 2000, p. 198).

O Presidente Collor usou de várias artimanhas para manobrar o Supremo na tentativa de por fim o processo de impeachment, só que não teve sucesso. A última cartada foi à renúncia, as artimanhas não produziram efeito, Collor foi julgado no Senado e teve seus direitos cassados, não exercendo nenhum cargo público por oito anos.

Fernando Collor foi absolvido depois da prática de corrupção passiva. Esse resultado ainda precisa ser analisado e questionado. Pois entender que um presidente comete tantos crimes e logo depois é absolvido dos mesmos sem pagar pelo erro cometido é extremamente curioso.

As comissões de inquérito e os processos legais se multiplicaram, mas a punição dos culpados tem sido esporádica e incerta. O próprio Collor foi absolvido de corrupção passiva, junto com os demais indiciados, pelo Supremo Tribunal Federal de 1994. Paulo César Farias, o arquiteto do esquema de corrupção, foi absolvido de corrupção passiva, mas condenado por falsificar documentos para abrir as contas fantasmas usadas no esquema. A dificuldade de provar as acusações e a tolerância ao proferir as sentenças tornam ainda mais incerta a punição para os casos de corrupção (GEDDES, 2011, p. 48).

O crescimento da corrupção no país cresce nesse momento por vários fatores segundo Barbara Geddes e Artur Ribeiro Neto em *Fontes institucionais da corrupção no Brasil (2011)*. Os autores analisam as características do sistema político que trazem benefícios a partir das práticas corruptas, a diminuição de serem flagrados cometendo esse crime é também característica desse sistema corrupto, além da redução da pena para os que foram flagrados nos primeiros 10 anos após a redemocratização.

Os autores deixam claro que não podem medir precisamente o aumento da corrupção, mais que acreditam que os anos de 1980 e início dos 90 foram os que tiveram um maior aumento dessa prática.

Essa análise parte das observações feitas dos políticos brasileiros, dos relatórios da comissão parlamentar e de entrevistas, dados que são segundos eles determinantes para chegar a essa informação. Um novo padrão de práticas corruptas surge segundo os autores nos anos de 1980, “com a criação de organizações, visando à acumulação de

fortunas particulares mediante a manipulação da distribuição de recursos públicos” (GEDDES, 2011, p. 49).

Os autores deixam claro que as denúncias de corrupção devem ser analisadas com cuidado, pois não se pode provar completamente que a corrupção aumenta na medida em que essas práticas são denunciadas, pois os fatores que estão por detrás das denúncias são inúmeros.

Nunca se sabe se os casos que chegam a vir à tona são representativos daquilo que permanece oculto. Os que denunciam a corrupção – jornalistas, adversários políticos, amigos ou sócios em conflito – têm seus próprios motivos para fazê-lo, de modo que não se pode dizer que um aumento das denúncias reflita um aumento da corrupção (GEDDES, 2011, p. 49).

Os autores analisam o crescimento das práticas corruptas no país a partir de dois fatores, o primeiro pela prática de troca de recursos e apoio. Essa medida envolve segundo os autores a manipulação do poder público.

Essa prática é muito antiga no sistema político brasileiro, principalmente com a política clientelista, que concede benefícios em troca de votos. “Quando aumenta o recurso à política das trocas, também aumenta claramente a prática do suborno” (GEDDES, 2011, p. 51).

O segundo fator de controle abusivo de poder é a venda de serviços e privilégios que são prometidos em troca de informações que beneficiem os políticos. Esse segundo fator da prática corrupta é definido pelos autores como sentido restrito.

A corrupção em sentido restrito se refere a atos ilegais praticados por funcionários do governo para enriquecer, levantar fundos de campanha ou ‘comprar’ apoio de membros do Legislativo e administradores públicos, bem como de grupos de interesses (GEDDES, 2011, p. 52).

Segundo os autores a prática de corrupção foi mais generalizada nos primeiros 10 anos após a redemocratização, e que o caso Collor teve uma magnitude midiática sendo muito particular do momento histórico social vivido. É necessário refletir que em outros tempos vários fatores impediam que as denúncias de corrupção viessem à tona, principalmente com a censura do regime militar.

O processo de redemocratização traz junto uma maior fiscalização das práticas corruptas cometidas pelos políticos, sendo essa talvez uma característica fundamental da imprensa de fiscalizar os governos. Entendo que essa função da mídia muita das vezes é manipulada. A conscientização precisa passar por todos esses fatores, objetivando



entender tanto o papel dos políticos com o meio social, quanto ao papel desempenhado pela grande mídia.

É relevante avaliar se o processo de impeachment de Collor pode ser representado como processo de consolidação da democracia brasileira. Esse é o questionamento levantado por David Fleischer em *Além de Collorgate: uma perspectiva de consolidação democrática no Brasil via reformas políticas* (2011). O autor faz uma análise acerca do debate em torno de uma “profunda reforma política”, que visa livrar o sistema político brasileiro de certos fetiches da corrupção em geral. O resalta a necessidade de uma nova ética na prática política brasileira.

O clamor popular e institucional pelo processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor de Mello, em agosto e setembro de 1992, e as investigações feitas entre Outubro de 1993 e janeiro de 1994 pela CPI do Orçamento da União. Esses fatos não só chegaram às manchetes da imprensa do Primeiro Mundo e ecoaram fortemente pela América Latina, mas também exerceram importante influência na consolidação democrática no Brasil (FLEISCHER, 2011, p. 81).

O próprio autor questiona se esse fato pode ser visto como uma representação para a consolidação da democracia brasileira. Pois segundo ele aconteceram outros fatos que já vinham fortalecendo o sistema democrático.

Primeiro fator de importância que o autor cita é a atuação do sistema de representação política nos anos 1970. Em 1984 acontecem duas mobilizações que levam para as ruas milhares de pessoas. O movimento “Diretas já”, que tinha o objetivo de estabelecer eleições diretas para presidente. E o movimento em favor dos candidatos da Aliança Democrática (Tancredo Neves e José Sarney) no Colégio Eleitoral de 1985 (FLEISCHER, 2011, p. 82-83).

Esses movimentos de mobilização foram importantes para a liberalização política brasileira. O próximo passo segundo Fleischer rumo à democracia moderna brasileira foi a Constituição de 1988 que fortalece as instituições políticas representativas do país. Esses fatos segundo o autor não são determinantes para colocarmos o Brasil como uma democracia estável.

Segundo o autor o modelo de consolidação democrática seguido pelo Brasil é o do sistema que não promove muita desconcentração, um sistema representativo, fortalecido gradualmente, ou seja, o sistema que evoluiu de oligarquias competitivas para uma democracia instável.

Esse modelo concedeu a uma grande parcela da população o direito ao voto, o que não quer dizer segundo o autor que isso tenha determinado a consolidação democrática do país, pois, uma grande parcela dos eleitores era analfabeta ou semi-analfabetos podendo sofrer segundo o autor manipulação política.

Segundo Fleischer, o “numeroso eleitorado brasileiro e o alto índice de comparecimento às urnas não indicam absolutamente que a desconcentração da ‘autonomia política’ e a ‘independência da decisão política’ tenham sido alcançadas” (FLEISCHER, 2011, p. 85).

Os avanços devem ser na igualização política, social e econômica. Medidas que iram promover a desconcentração da renda. Ao mesmo tempo existe a necessidade de fazer uma extensa reforma política. Todas essas medidas são desafiadoras e emergentes, visa igualar os padrões de destruição de renda, dando acesso a todos a uma educação de qualidade, cultura e trabalho.

O sistema político brasileiro tornar-se-á mais eficaz somente através de uma melhoria geral do sistema educacional brasileiro. A educação pode contribuir também para a maior autonomia individual, para melhores expectativas em relação aos políticos e burocratas, e para a recusa a permanecer política e economicamente dependente de elites políticas clientelistas (FLEISCHER, 2011, p. 110).

Os argumentos da literatura vigente que analisa as particularidades do caso Collor são importantes para novos trabalhos, pois avaliam as características do governo Collor a partir do viés pessoal, econômico e político, tais interpretações são determinantes no entendimento sobre o caso particular do “fenômeno” Collor.

Tais perspectivas de interpretações discorrem sobre o peculiar Fernando Collor de Mello, o candidato menos conhecido entre os seus adversários, mas com total apoio da mídia emerge com uma rapidez assustadora no cenário político brasileiro, chegando ao cargo mais alto da política o de Presidente da República.

E com essa mesma rapidez desaba através dos fracassos econômicos e políticos, seguidos por inúmeras denúncias de seu irmão Pedro Collor, divulgando na mídia as ações corruptas cometidas pelo presidente e do seu assessor e ex-tesoureiro da campanha Paulo César Farias. Todos esses fatores são relevantes quando a finalidade é entender a queda do “fenômeno” Collor através do processo de impeachment.

## 2.2 O papel da mídia hegemônica na queda do “fenômeno” Collor

Antes de fazer as observações sobre o papel que a mídia desempenhou na queda do “fenômeno” Collor é necessário situar o que vem ser essa “mídia”. Segundo Lima, essa é uma das grandes dificuldades teórica no estudo das relações entre mídia e política, sendo fundamental antes de tudo distinguir o que vem ser mídia.

Plural latino de *medium*, meio, é entendida como um conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa ser, portanto, a ser uma comunicação midiaticizada. Esse é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade. Duas características da comunicação *midiaticizada* são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos (LIMA, 2006, p. 53).

A palavra mídia pode ser usada hoje para se referir tanto a órgãos de comunicação impressa como revistas e jornais, quanto à mídia emitida pela televisão, rádio, cinema além dos computadores. Entendo que tais órgãos de comunicação tiveram participação relativa no desenrolar dos fatos do caso Collor. Mas busco fazer essa relação com a palavra mídia nesse caso específico com referência aos jornais impressos.

Depois de atuar como força social ativa no processo da vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, a mídia volta a ter um papel de relevância no cenário político nacional quando midiaticiza as denúncias de corrupção do presidente Collor, ajudando assim, a abertura do processo de impeachment.

O papel desempenhado pela grande mídia nesse cenário é questionador. Pois atua de forma direta com a política nacional nos anos noventa. Sua função de informar o público é deixada de lado para atuar na produção de hegemonia de um determinado projeto, atuando também em prol de seus interesses próprios.

A imprensa periódica enquanto aparelho privado de hegemonia pode ser vista como uma ferramenta de poder que não só influencia na formação da opinião do público, como participa indireta e até diretamente do processo decisório de uma nação.

A mídia se vale da política para agendar suas pautas e a política (em especial os atores políticos), se vale da mídia para ser reconhecida, legitimada e aparecer no cenário social, buscando a hegemonia.

A imprensa passa a ser um componente importantíssimo na vida política, pois esta “faz e desfaz um presidente”, auxilia na construção da imagem de agentes políticos, enfatizando mais do que nunca, suas peculiaridades, além de ampliar os seus discursos publicamente, tornando-os reconhecíveis aos olhos dos indivíduos. É interessante observar que Collor buscou desde cedo se “vender com seus slogans, bordões, ênfases e apelos, e os principais jornais e revistas do país foram alguns dos seus primeiros consumidores” (WELTMAN, 1994, p. 22).

Assim, a política incorpora a comunicação para tornar-se realmente pública, e para fazer parte da realidade do eleitorado mediando às disputas eleitorais e os segmentos sociais.

A mídia passa a ser um importante ator político, o que não significa que seja o ator central da política; “disputa na política como um ator, mas também é um ambiente disputado pelos outros atores políticos, estatais e privados” (ALMEIDA, 2002, p. 32).

A mensagem publicada na grande mídia não pode ser considerada como algo neutro. A mídia molda a mensagem do fato a sua própria imagem ao utilizar códigos de linguagem para atingir o público-alvo. “A imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor” (VIEIRA, 2013, p. 10).

Cabe ressaltar, que apesar do caráter mercadológico e das vontades ideológicas dos proprietários de um determinado meio de comunicação, a notícia possui um aspecto social, o qual é compreendido como a relação entre o produtor de notícias e os consumidores. “Estes não devem ser considerados massas passivas”, aceitando todas as notícias e opiniões emitidas por um periódico, ou outro meio de comunicação (WOLF, 2011. p. 41).

Não esquecendo que o público leitor passa a ser mais crítico quanto à autenticidade das notícias. A honestidade do fazer jornalístico precisa ser debatida, pois o discurso da notícia não pode ser visto como algo imparcial.

Os fatos midiáticos diariamente não são reprodução fiel da realidade, por isso devemos analisar os mecanismos que são utilizados na reprodução das notícias, visto que a grande mídia usa tais mecanismos para manipular as mentes do público.

O debate instaurado pela grande mídia, ou seja, nos principais órgãos da imprensa escrita do país (O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil, e as revistas Veja e Isto é), com

relação às denúncias no governo, deram-se em torno da revelação dos conflitos entre os membros da família Collor de Mello.

Nesse sentido, os grandes meios de comunicação exerceram um papel ativo de politização das massas populares, tratando das denúncias de corrupção de modo a ofuscar a discussão sobre os efeitos políticos e sociais e o caráter de classe da política neoliberal<sup>11</sup>, implantada no governo Collor.

A mídia participou ativamente das denúncias, divulgando os passos das investigações judiciais, mobilizando a opinião pública e dando voz à Promotoria, pois foi a partir do momento em que a voz dos promotores se tornou pública que os acusados tiveram de convencer não somente a Justiça, mas também a opinião pública – aquela que legitima o poder dos governantes na democracia (GONÇALVES, 2008, p. 70).

O descontentamento dos trabalhadores quanto do grande empresariado em relação ao governo Collor atingiu grandes proporções ainda no início do governo. Ao tomar posse no dia 15 de março de 1990, como sua primeira medida, Collor anunciou seu pacote de modernização tanto no setor administrativo quanto no econômico, através do plano Collor I, que previa entre outras coisas a volta do Cruzeiro como moeda; congelamento de preços e salários; bloqueio de contas correntes e poupanças; demissão de funcionários e diminuição de órgãos públicos.

O objetivo deste plano era conter a inflação e cortar os gastos desnecessários do governo. Porém, suas medidas não alcançaram os resultados esperados, causando assim uma profunda recessão, desemprego e insatisfação popular. Segundo Melo, “Collor perdeu apoio do povo e da elite, pois não moralizou e tampouco modernizou na dimensão que dele se esperava” (MELO, 2007, p. 204).

Às dificuldades de redução dos índices inflacionários, apesar do arrefecimento drástico de liquidez obtida através do confisco das poupanças, soma-se a avalanche de denúncias de corrupção envolvendo direta e indiretamente membros do Governo (PICCOLO, 2015, p. 340).

A denúncia de corrupção na administração de Collor envolvia ministros, amigos pessoais e até mesmo a primeira dama, Rosane Collor. As descobertas da CPI evidenciavam o envolvimento do presidente Collor com o esquema de Paulo César Farias, ex-tesoureiro da campanha e amigo do presidente, que fora acusado de tráfico de influência, lavagem e desvio de dinheiro.

---

<sup>11</sup> Doutrina político econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico a condições do capitalismo moderno (SANDRONI, 1999, p. 421).

Esse envolvimento direto do presidente Collor com o esquema PC foi midiaticizado nos principais órgãos de comunicação do país. “O impeachment tornou-se a palavra-chave de todo noticiário diário sobre o assunto” (WELTMAN, 1994, p. 93).

Entendo que a mídia hegemônica nacional atua nesse momento na derrocada do “fenômeno” Collor. É instigante e questionador entender as diferentes fases da participação da grande mídia nesse processo.

Como entender que a princípio ela atua na midiaticização do candidato, depois no projeto neoliberal que iria tirar o país da crise que então sofria e depois como esta molda suas ferramentas para noticiar agora as denúncias contra o tal “fenômeno” Collor. Atuando assim, na derrocada do presidente através do processo de impeachment.

É interessante analisar que a grande mídia visa seus interesses econômicos, fazendo assim, alianças em prol de seus objetivos. Não podemos achar que as notícias que são veiculadas diariamente na grande mídia, são midiaticizadas em prol dos interesses públicos como um “quarto poder”. Segundo Serrano a mídia acabou se submetendo aos poderes econômicos.

Os processos políticos neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 arrasaram os sistemas públicos de informação, com o apoio da direita e a indiferença da esquerda, a qual, com razão, associava-os aos ditadores anteriores. Soma-se a isso o papel cada vez mais sofisticado e potente que os meios de comunicação adquiriram nas sociedades democráticas, onde a formação da opinião pública é um elemento essencial para o exercício do poder (SERRANO, 2013, p. 72).

Entendo que o jornal tem um caráter ideológico, suas notícias não são receptáculos simples de informação, a grande mídia tira proveito ao publicar uma determinada notícia, moldando a opinião pública. É primordial reavaliarmos diariamente os “parâmetros e premissas pelas quais a cobertura jornalística e a análise dos acontecimentos políticos e disputas eleitorais se fazem e se farão em nosso país” (WELTMAN, 1994, p. 114).

As características do “fenômeno” Collor foram únicas no processo histórico de redemocratização do país, principalmente no que se refere aos desdobramentos utilizados pela cobertura da mídia, tanto na ascensão e queda do “caçador de marajás”. Não podemos minimizar a participação que a mídia teve nesse processo político democrático, veiculando diariamente as denúncias que comprometiam o presidente Collor.

A ação da mídia foi peça fundamental. Ajudou de forma direta e indiretamente o desenrolar dos escândalos que envolviam o presidente. A proporção dos escândalos

políticos do governo foi enorme, levando assim a abertura do processo de impeachment que retira constitucionalmente o presidente Collor de sua função em 1992.

É instigador entender a real participação e influência que a grande mídia teve na veiculação dos fatos. Avaliando se essa influência interfere no desenvolvimento da opinião pública. Pois grandes mobilizações foram organizadas em todo o país. As reivindicações eram em prol de soluções para aquele cenário de calamidade que afundava o país.

### **2.3 O discurso hegemônico no jornalismo impresso e a difusão da informação**

Não tenho o objetivo de construir um debate acerca da teoria do jornalismo, ou sobre a teoria das notícias. Viso fazer breves apontamentos acerca da construção da notícia <sup>12</sup>, que são publicadas nos jornais impressos. Avaliando as particularidades que os efeitos da notícia possam abranger na sociedade. Entendo que os discursos midiáticos nos jornais impressos são hegemônicos, pois estão carregados de objetividade.

Um fator de relevância para o desenvolvimento desse trabalho é entender por que as notícias publicadas nos jornais impressos são vistas como determinantes no desenrolar de um acontecimento. Como foi o processo do impeachment do presidente Collor.

Essa problemática só pode ser analisada se buscarmos entender por que as notícias são como são? A tentativa de responder essa pergunta vem com a mediação teórica formulada por Jorge Pedro Sousa doutor em Ciências da Informação acerca da “Teoria Multifactorial da Notícia”.

Segundo Sousa, para responder esse questionamento é preciso delimitar duas áreas centrais da teoria do jornalismo, o da produção da notícia e da circulação e consumo. Vários são os fatores que interferem na construção e publicação de uma notícia, principalmente porque essa é uma construção humana.

A notícia nasce da interação entre a realidade perceptível, os sentidos que permitem ao ser humano “apropriar-se” da realidade, a mente que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as linguagens que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo. As notícias

---

<sup>12</sup> Correntemente tipificam-se os principais gêneros jornalísticos em notícia, entrevista, reportagem, crônica, editorial e artigo (de opinião, de análise, etc.). Porém, os gêneros jornalísticos não têm fronteiras rígidas e, por vezes, é difícil classificar uma determinada peça, até porque, consideradas estrategicamente, todas as peças jornalísticas são notícias, especialmente se aportarem informação nova (SOUSA, 2001, p. 230, 231).

ocupam-se com as aparências dos fenómenos que ocorrem na realidade social e com as relações que aparentemente esses fenómenos estabelecem entre si. A notícia não espelha a realidade (SOUSA, 2004, p. 4, 5).

Sousa trabalha com uma teoria unificada da notícia, desvendando assim suas particularidades. O objetivo é entender que a construção da notícia passa por vários fatores até chegar às mãos do público leitor. Ele elaborou a teoria unificada da notícia colocando que esta é o “resultado da interação histórica, presente de forças de matriz pessoal, social, ideológica, cultural, tecnológica e do meio físico”. Todas essas características determinam no resultado final das notícias que iram ser publicadas.

Os efeitos do resultado final da notícia podem segundo Sousa, interferir nos “efeitos cognitivos, afetivos e comportamentais sobre as pessoas, o que por sua vez produz efeitos de mudança ou permanência e de formação de referencia sobre as sociedades, as culturas e as civilizações” (SOUSA, 2004, p. 9.10).

A teoria unificada em síntese tem o objetivo de mostrar que toda e qualquer notícia veiculada nos órgãos de comunicação são construídas a partir de dados internos e externos, e que sua ação muita das vezes interfere na construção da opinião pública. Segundo Gramsci a opinião pública está ligada diretamente na construção da hegemonia política.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento -, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e ignorância (GRAMSCI, 2012, p. 269).

Entendo assim, que dentro da notícia está o discurso hegemônico que os jornais querem mediatizar. Ou seja, a notícia não é construída pelos profissionais da comunicação de forma isenta. “Longe de existir autonomamente, e em lugar de ‘retratar’ ou ‘fazer’ a história, a imprensa participa de um intenso jogo de condicionamentos sociais” (ZANCHETTA, 2004, p. 14).

Alguns desses fatores que interferem na construção do discurso que vai ser publicado nos impressos, diz respeito à *Agenda*, segundo Zanchetta, a construção da mesma tem uma “dinâmica fluida, marcada por relações públicas e privada” e que acabam determinando o que vai ser ou não notícia. Outro fator para a construção da agenda são os índices de venda, essa relação está ligada com o público que compra os jornais (ZANCHETTA, 2004, p. 15).



*A Rede de informação interna e externa* e outro fator que pode viabilizar a construção do discurso, um aparato tecnológico é oferecido aos jornalistas para que estes estejam perto dos assuntos relevantes que estão em evidência naquele momento histórico. A participação do fator externo pode ser analisada com a “cultura de servilismo”, que acaba facilitando o vínculo entre o governo e os meios de comunicação (ZANCHETTA, 2004, p. 17, 24). Essa relação do governo com os meios de comunicação pode ser mantida através da aliança de financiamento, o que gera questionamentos.

Se mesmo nos dias de hoje ainda não se delimitarem com clareza os territórios da imprensa e dos governos, será que ela consegue consolidar sua identidade em um quadro de forças mais privado do que público? (ZANCHETTA, 2004, p. 27).

É necessário lembrar que boa parte dos meios de comunicação do país são propriedades de grandes famílias oligárquicas e que boa parte dessas famílias está diretamente ligada com o meio político, por isso, não podemos aceitar de forma direta a verdade midiaticizada através das notícias. Essa relação entre tais esferas é mantida segundo Serrano pelo objetivo do poder.

É claro que esses meios de comunicação apoiarão todos os políticos que propuserem mais poder para o mercado e menos para os cidadãos. Os jornais, os canais de televisão e as rádios, com seus colunistas, seus editores, suas reportagens por encomenda e suas informações manipuladas, lançar-se-ão como hienas contra qualquer um que ousar atentar contra os privilégios do mercado, pois foram criados para defendê-lo. E o mais grave: chamarão isso de liberdade de imprensa (SERRANO, 2013, P. 75).

Os órgãos de comunicação do país como já disse estão nas mãos de poucas empresas privadas, além das famílias tradicionais e oligárquicas que também as compraram utilizando-as para defender somente seus interesses, visando somente o lucro e interesses políticos. Para a democracia isso é muito ruim.

Vê boa parte dos meios de comunicação do país ancorados ao passado, ligados automaticamente pelo capital dessas famílias e empresas. Como exemplo, temos o próprio Collor que é herdeiro da Gazeta de Alagoas que é propriedade de sua família. O Sistema Mirante de Comunicação no Maranhão que é propriedade do ex-presidente José Sarney. Dois órgãos de comunicação afiliados a Rede Globo, uma das maiores redes de comunicação do país. Segundo Gramsci a hegemonia será exercida a partir do compromisso entre grupos visando o interesse que os grupos querem exercer. E tais

interesses passam por um fator decisivo a “atividade econômica” (GRAMSCI, 2012, p. 49).

É essa liberdade de expressão que devemos aceitar de forma apática? Acredito que não. É necessário entender que as publicações que são lançadas diariamente na sociedade através dos impressos não podem ser consideradas como a veracidade dos fatos. É preciso questionar a notícia. Segundo Serrano, a liberdade de imprensa não garante a liberdade de expressão dos cidadãos.

A verdadeira independência, a verdadeira liberdade de imprensa, ou vem dos meios de comunicação públicos e comunitários, com o apoio do Estado, ou nunca virá. A conclusão é que devemos reivindicar o papel do Estado nos meios de comunicação, um papel, isso sim, fundado na participação social e na pluralidade, e não no uso partidário de um governo (SERRANO, 2013, p. 82).

O objetivo não é calar a voz dos órgãos de comunicação e sim ampliar essa voz. Entendo que manter o público bem informado é um bom sinal para a democracia. Mas essa informação precisa ser questionada, pois na maioria das vezes a informação veiculada é deturpada e tendenciosa. O público precisa questionar o discurso ideológico que os meios de comunicação diariamente mediatizam em seus jornais. Há a necessidade que um bom jornalismo seja feito pela grande mídia.

A eleição para presidente em 1989 teve enorme participação da mídia, principalmente pela veiculação do horário eleitoral gratuito. Essa evidência da campanha eleitoral de 1989 pode ser entendida segundo Piccolo, como a inauguração da chamada “profissionalização das campanhas eleitorais”.

Profissionais da área do Marketing Político assumiram o comando das campanhas. Cenário, conteúdo da propaganda, recursos audiovisuais, ‘jingles’, estratégias dos candidatos, suas roupas, falas e até a entonação da voz, foram profundamente elaborados. As estratégias iam variando ao sabor das pesquisas eleitorais (PICCOLO, 2015, p. 345).

Podemos entender que a visibilidade da eleição de 1989 se dá pela necessidade de mudanças que os brasileiros almejavam. As eleições inauguravam novas possibilidades para os brasileiros e para a política no país. Os projetos dos candidatos Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva foram para a disputa no segundo turno por apontarem as possibilidades de mudanças que os brasileiros esperavam.

O candidato Collor, no entanto, vence as eleições com a participação da mídia. “Com uma política configurada pela existência de um padrão midiático Collor acionou e

esbanjou marketing, sondagens de opinião, produção de imagem pública” (RUBIM, 2004, p.81). Acaba sendo midiaticizado como o candidato de renovação. Sua imagem é disseminada pela grande mídia como o “salvador” da pátria.

### **CAPÍTULO 3. O Impeachment do “fenômeno” Collor nos impressos maranhenses**

Nesse capítulo faço inicialmente uma explanação sobre os impressos maranhenses, procurando entender, assim, quem são seus proprietários. Essa identificação quanto ao grupo empresarial que comanda os jornais é de fundamental importância, pois, segundo Maria Helena Capelato, o objetivo de todo jornal quanto ao conteúdo é a ação ideológica. Sua ação visa “conseguir adeptos para uma causa empresarial ou política” (CAPELATO, 1988, p. 15).

Por fim, abordarei as notícias que compõem o corpus de análise deste trabalho. Entendo que os jornais impressos (O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão) são os maiores veículos da comunicação impressa do Maranhão. O objetivo da análise é entender como foi por parte da mídia impressa regional a cobertura referente aos elementos constitutivos da crise que iniciada em 1990 que levou ao impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992. A operacionalidade deste trabalho levará em conta a seleção dos editoriais, notícias, reportagens, entre outros.

#### **3.1 Os jornais impressos maranhenses: breve abordagem**

O surgimento da imprensa no Brasil, segundo Capelato (1988), é tardio. A circulação dos primeiros impressos no Brasil data da primeira década do século XIX. Somente com a vinda da Família Real para Brasil, em 1808, é que temos o surgimento dos primeiros jornais impressos do país.

Referente à atividade jornalística no Maranhão, iniciou-se em 1821 com a criação do primeiro periódico maranhense *O Conciliador do Maranhão*, jornal que defendia em sua linha editorial a fidelidade às ordens da Coroa Portuguesa (CASTRO, 2012, p. 228).

Pesquisar e analisar o jornalismo impresso maranhense requer atenção às inúmeras singularidades e particularidades do jornalismo local, principalmente pela ação partidária de atuação dos principais impressos do estado.

O jornal, embora não seja uma manifestação artística, possui sua esfera de poder e principalmente de lugar de poder, uma vez que seu alcance é amplo e sua reprodução diária. Após a dispersão de boa parte dos intelectuais para outros estados do país, sobretudo o Rio de Janeiro, muitos buscaram a imprensa local como lugar de militância política, debate cultural, mas também de emprego. Alguns desses jornais eram porta-vozes dos partidos políticos da época; a grande maioria, oposicionista a Vitorino Freire (BORRALHO, 2011, p. 110).

A escolha pelos jornais impressos (O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão) de circulação diária, segue o entendimento por serem os maiores jornais impressos de circulação do Estado. Além da disputa institucional destes no cenário da política local, a disputa de poder também está ligada diretamente pelos cargos políticos do Estado. A história do jornalismo local maranhense caminha junto com as disputas por “cargos públicos” (BORRALHO, 2011, p. 111).

O jornal impresso *O Imparcial*<sup>13</sup> é o mais antigo em circulação no Estado do Maranhão, fundado pelo jornalista João Pires Ferreira em maio de 1926. Em 1944 Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados<sup>14</sup>, maior conglomerado de comunicação do país compra o jornal maranhense. A compra do jornal O Imparcial por Assis Chateaubriand vai atuar de forma positiva na midiaticização de sua campanha para o Senado Federal. “Chateaubriand elegera-se Senador pelo Maranhão por obra e graça de Vitorino em 1955” (BORRALHO, 2011, p. 111).

O impresso *Jornal Pequeno*<sup>15</sup> foi lançado em maio de 1951, pelo jornalista José de Ribamar Bogéa. Constituem-se em um dos principais jornais impressos maranhenses que vai concorrer diretamente com o jornal de Assis Chateaubriand. O Jornal Pequeno acaba sendo um dos poucos jornais que surge para fazer um jornalismo que se apresenta como apartidário, criticando a ação dos órgãos da mídia impressa regional que atuavam em benefício de seus proprietários. Boa parte dos proprietários dos jornais locais atua no cenário político.

Ribamar Bogéa inicia sua carreira profissional como jornalista em 1939. Escrevia reportagens esportivas e policiais para o jornal maranhense (O Globo), pertencente ao grupo dos Diários Associados. O jornalista resolve fundar seu próprio jornal depois que recebeu duras críticas de José Pires de Sabóia Filho, diretor do jornal naquele ano.

Em 1947, ao fazer a cobertura do jogo Moto x Fluminense (RJ), o repórter teceu críticas à atuação do juiz Élvio Furtado, um oficial do Exército do Ceará, que teria beneficiado o Fluminense. Censurado, Bogéa foi reclamar ao diretor do jornal, José Pires de Sabóia Filho, e recebeu como resposta: "Quando você tiver seu jornal, poderá escrever como entender. Por enquanto não". A demissão de Bogéa foi a senha para reconstruir forças e criar seu próprio jornal "O Esporte",

---

<sup>13</sup> A atual sede do jornal O Imparcial está localizada na Rua Assis Chateaubriand, no bairro Renascença - São Luís/MA.

<sup>14</sup> Faziam parte do império dos Diários Associados 31 jornais diários, 25 estações de rádio e nove estações de televisão, cobrindo dezessete Estados, além das revistas que editava (CASTRO, 2012, p. 235).

<sup>15</sup> A atual sede do jornal fica na Rua Afonso Pena, 171, Centro - São Luís/MA.

evoluindo para o Jornal Pequeno, cuja primeira edição saiu em 29 de maio de 1951 (ARAÚJO, 2001, p. 7).

Segundo Costa (2005), a principal estratégia de promoção do jornal estava relacionada com o fato deste ser, pretensamente, o “único jornal maranhense de caráter popular”, combatendo a ação dos grupos políticos do Estado.

O jornal impresso *O Estado do Maranhão*<sup>16</sup> entrou em circulação em 1953, sob a direção de Arimathéia Athayde, com o nome de Jornal do Dia. Segundo Almeida (2011) José Sarney, então Senador pela ARENA, compra o jornal em 1968. A mudança do nome do jornal para O Estado do Maranhão ocorre somente em maio de 1973. O jornal faz parte do Grupo Mirante de Comunicação<sup>17</sup> afiliada à Rede Globo, “sua história está atrelada ao desenvolvimento da política local”.

Sarney se aproxima do jornal, ainda quando este se chamava Jornal do Dia e era de propriedade de Alberto Aboud, que coloca o jornal à sua disposição na campanha para o governo do estado. Depois deste episódio e já como governador do Maranhão, Sarney entra para o quadro societário da empresa e em 1968 adquire todas as ações do jornal tornando-se o único proprietário (ALMEIDA, 2011, p.5).

A partir de suas particularidades entendo que os jornais impressos maranhenses em análise foram entrelaçando-se com a disputa de poder da política local. Essa disputa acabou favorecendo a compra dos meios de comunicação pelos grupos políticos do Estado. Compra que significava a midiaticização das propagandas do grupo que se visava se tornar hegemônico. Tal evidência expõe a relação particular mantida entre a política e a imprensa regional.

Entender essa atuação não é fácil, pois essa é uma “disputa orientada pelo lucro”. Relação dinâmica que segue a lógica do poder. Distinguir as particularidades da mídia impressa é algo indispensável, principalmente no que diz respeito ao grupo empresarial que os comanda. Compreendê-la é indispensável, pois esse é um “movimento dinâmico e complexo” (CAPELATO, 1988, p. 66).

---

<sup>16</sup> A atual sede do jornal fica na Av. Ana Jansen, 200 - São Francisco, São Luís /MA.

<sup>17</sup> O Grupo Mirante de Comunicação, formado também por um portal de internet, uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, com cinco concessões (TV Mirante de São Luís, TV Mirante Cocais, TV Mirante, Imperatriz, TV Mirante Santa Inês e TV Mirante Açailândia). Uma emissora de rádio AM que opera em cadeia com 20 retransmissoras no interior com cobertura em 200 dos 217 municípios, e uma rádio FM com 18 emissoras. A tiragem média do jornal é de 10 mil exemplares diários (16 mil aos domingos). A cobertura agregada do Grupo Mirante chega de 90% do estado (SHUEN, 2015, p. 7).

### 3.2 O Início da Crise (1990)

Com base no material levando nos impressos maranhenses O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão no ano de 1990, momento do primeiro ano do governo Collor, pode-se observar um apoio direto da grande imprensa regional com relação à expectativa pelo desenvolvimento do Plano Econômico do novo presidente. O apoio institucional dos impressos já era uma reação esperada por todos, principalmente pela grande midiática do Plano de Reconstrução Nacional, como a solução para conter a crise que assolava o país. Fernando Collor reitera em seu discurso de posse seu compromisso com a “modernização econômica, com a redefinição do papel do Estado, com a moralização política, com a inclusão dos ‘descamisados’<sup>18</sup>” (MELO, 2007, p. 170).

O ano de 1990 inicia-se com as especulações na grande imprensa sobre a implantação do projeto governamental que iria resolver os problemas do país. A primeira meta de Fernando Collor como presidente foi mostrar aos brasileiros como seria a realização do programa de combate ao alto índice da inflação, levando assim, o crescimento econômico. Em seu Projeto de Reconstrução Nacional o atual presidente anuncia sua base que vai junto com ele solucionar a crise.

É preciso reconstruir o Brasil e esta é uma tarefa para toda a sociedade. A legitimidade deste Governo, alcançada nas urnas, associada à consolidação do processo democrático, a partir do fortalecimento do Poder Legislativo, de lideranças da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais, dá ao País novas perspectivas de solução para a crise (BRASIL, 1991, p.18).

Uma das primeiras medidas realizadas e divulgadas pelo novo Presidente é o “combate a inflação, que no governo Sarney já havia alcançado o índice assustador de 80% ao mês” (RAMOS, 1994, p. 47). Era chegada a hora de a mudança acontecer, esse era o desejo da sociedade brasileira, que esperava pela realização das promessas do Presidente Collor.

As mudanças prometidas iriam iniciar pelo setor econômico visando pôr fim à inflação. O primeiro passo deu-se pela troca da moeda, de cruzado para cruzeiro. Além disso, foram confiscadas grandes somas do dinheiro existente no país, com a promessa de devolução mais tarde.

O jornal O Imparcial divulga no dia 18 de março de 1990 que

---

<sup>18</sup> É referente às camadas populares mais pobres.

**Collor revoluciona país.** [...] Congelamento das aplicações financeiras. Câmbio livre, volta do Cruzeiro, liberação das importações, aumento da tributação, preços e salários prefixados, extinção e privatização de estatais, além da iminência de uma demissão em massa de funcionários públicos (O Imparcial, 18/03/1990, p. 02).



**Figura 1: O Imparcial. 18/03/1990 (Pág. 02)**

**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

A divulgação das medidas do Plano Econômico pelo jornal maranhense é de cunho positivo. As mudanças midiaticizadas eram vistas como a revolução que ia sanar a crise sentida por todos, era o momento de um novo Brasil. Apesar do choque fiscal e das medidas que precisavam ser ajustadas, Fernando Collor previa que seu Plano Econômico iria trazer o crescimento econômico em 1990. Todas as medidas viriam com a modernização do país que significava “a criação de uma nova cidadania e de uma nova ética de convivência” (BRASIL, 1991, p. 11).

Todos os setores precisam, a partir desse momento, se ajustar ao Plano Econômico. Segundo a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, um novo cenário econômico estava por vir no qual a inflação seria reduzida, a competição internacional ampliada, o salário dos trabalhadores seria preservado. Essas medidas iriam gerar altos índices de crescimento econômico para os brasileiros.

Esse primeiro momento do anúncio do Plano Brasil Novo, mas conhecido como Plano Collor I visava pôr fim à inflação, sendo necessário fazer um entendimento entre as classes.

Medidas de choque para tentar controlar a inflação são tomadas: o cruzeiro retoma sua posição de moeda oficial; os saques da poupança, do *overnight* e das contas correntes são reduzidos ao máximo de Cr\$ 50 mil, ficando o saldo restante retido pelo Banco Central pelo prazo de dezoito meses; os aumentos dos preços são proibidos; é adotado o câmbio flutuante; foram extintos 24 organismos estatais e autárquicos,



destacando-se entre eles, a Siderúrgica Brasileira (SIDERBRÁS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) (PICCOLO, 2010, p.28).

Esse início do governo gera um pouco de expectativa tanto pra população quanto para o próprio Presidente, fora as divergências que o presidente teria que enfrentar acerca da aplicabilidade do Plano. Collor usou a mídia para introduzir no meio público a aceitação pelas medidas que seriam adotadas, no entanto, algumas mudanças foram contestadas.

A oposição do Congresso Nacional na aprovação total das medidas do Plano gera desconfortos. O jornal O Estado do Maranhão traz em sua matéria de capa do dia 18 de março de 1990,

**Plano cria impasse entre poderes.** [...] O plano de estabilização econômica provocou impasse entre o Executivo e o Legislativo. [...] O governo, pelas suas lideranças considera inegociável a aprovação das medidas e os partidos de oposição só admitem votar no pacote econômico com emendas corretivas (O Estado do Maranhão, 18/03/1990, Capa).



**Figura 2: O Estado do Maranhão. 18/03/1990 (CAPA)**  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

As medidas estavam preocupando a população, principalmente pelas inúmeras dúvidas sobre as questões operacionais do Plano. Embora a Ministra Zélia tenha explicado o Plano Econômico, as dúvidas ainda rondavam os brasileiros. A tese do desenvolvimento do país com Justiça Social era o motivo de desconfianças.

Tanto os empresários quanto os trabalhadores concordavam que algumas medidas do Plano Econômico trariam recessão na atividade econômica, ou seja, a diminuição da produção conseqüentemente iria acabar gerando desempregos. Por isso, era necessário fiscalizar as medidas adotadas no plano.

O jornal O Estado do Maranhão do dia 20 de março divulga

**Governo aceita fiscalização do plano.** [...] um conselho formado por representantes dos empresários, trabalhadores e do governo vai acompanhar a execução do plano econômico (O Estado do Maranhão, 20/03/1990, Capa).



**Figura 3: O Estado do Maranhão. 20/03/1990 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

As dúvidas da população frente ao Plano Econômico eram inúmeras, principalmente com o bloqueio do cruzado. A quebra econômica da população se daria nesse primeiro momento, segundo a reportagem, divulgando nas entrelinhas a esperança que dias melhores estavam por vim. A notícia do jornal mostra que o objetivo do Plano nesse primeiro momento realmente seria enxugar a liquidez dos recursos movimentados, o país seria parado para depois voltar a crescer.

Esse foi um dos primeiros problemas enfrentados pelo Presidente, problema que acaba sendo depois um dos elementos que constituem a crise política que vai se agravar mais tarde, nas denúncias contra as medidas adotadas pelo governo.

O grupo formado para fiscalizar as medidas do Plano Econômico, estava disposto a aprová-lo se o mesmo passasse por alterações. “O compromisso do novo presidente com o projeto neoliberal mostrou-se precipitado, pois entre as frações do

bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto” (MACIEL, 2011, p. 101).

A incapacidade de Collor para obter consenso quanto a mudanças controversas mostra que ele tinha uma noção equivocada da tarefa extremamente complicada de governar um Brasil democrático. A essência da democracia repousa sobre a negociação (SKIDMORE, 2000, p.30).

Uma das mudanças prometidas durante a campanha eleitoral de 1989 por Collor consistia na resolução da crise econômica. A expectativa pelo desenvolvimento do Plano Econômico de estabilização era grande, no entanto, passou a ser um dos elementos de desarmonia entre os brasileiros.

O Jornal Pequeno ressaltou no dia 01 de julho de 1990

**Maus brasileiros querem desbloquear seus cruzados, que representará a destruição do Plano Collor.** [...] Mais do que nunca é preciso que seja esclarecido: se a inflação galopante voltar a ocorrer, chegando a 100 por cento. [...] Quem tem 200 milhões passa a contar com 400 milhões. E quem não tem nada, como poderá manter mulher e filhos vendo a carne passar de 500 para 1000 de um mês para outro (Jornal Pequeno, 01/07/1990, p. 02).



**Figura 4: Jornal Pequeno. 01/07/1990 (Pág. 02)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Como a inflação foi diagnosticada como sendo de excesso de liquidez, a medida do Plano foi retirar dinheiro do mercado, provocando assim, deflação. A questão nesse momento era convencer o público que esse era um momento de dificuldades na aplicação das medidas e que logo, tudo isso seria resolvido quando o Plano estivesse consolidado.

Segundo o jornal as mudanças necessárias no primeiro ano de governo com certeza eram no setor econômico. As notícias eram diariamente divulgadas sobre as dificuldades no combate à inflação, isso fez “a população brasileira tornar-se um juiz implacável dos formuladores da política econômica” (PAIVA, 1990, p. 32).

Esse era um grande problema que o Presidente precisava enfrentar, pois durante sua campanha eleitoral prometera tirar os brasileiros “descamisados” da situação de miséria que se encontravam. No entanto, como melhorar a vida desses brasileiros se a “situação fiscal do Estado não permitia reformas tão amplas em curtíssimo prazo” (MELO, 2007, p. 176).

O Governo, depois de cinco meses, começou a ser duramente criticado pelas medidas do Plano Collor I, que tinha como meta o combate ao alto índice da inflação. O combate à inflação iria trazer a estabilidade da economia para o país. Novos investimentos seriam feitos com a consolidação e crescimento da economia. No entanto, não é o que acontece segundo a matéria do jornalista Carlos Cunha.

**O Ditador moderno.** [...] Collor de Mello praticou uma série de atos que o colocam em baixa junto aqueles que votaram e que não votaram nele. [...] O seu primeiro erro foi ter sequestrado o dinheiro do pequeno e médio poupador. Como consequência do Plano, tivemos uma recessão econômica, que gerou desempregos atingindo as camadas de trabalhadores (Jornal Pequeno, 14/08/1990, p. 08).



Figura 5: Jornal Pequeno. 14/08/1990 (Pág. 08)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

A insegurança das pessoas frente à solução e combate a inflação só aumentava, ocasionando um grande número de desempregos em todo o país. A recuperação da estabilidade econômica não estava ocorrendo como prometido pelo programa de Collor.

O controle definitivo da inflação tem um profundo significado distributivo. O programa de estabilização permitiu a recuperação dos instrumentos de política monetária e fiscal, logrando um maior controle sobre o processo inflacionário. A fase atual é de consolidação do programa, o que requer o aprofundamento de suas políticas. (BRASIL, 1991, p. 19)

Mesmo com a insatisfação mostrada na reportagem do Jornal Pequeno, podemos notar através da matéria do Jornal O Imparcial uma nota sobre o pedido de paciência para os trabalhadores.

**Dever de todos.** [...] É verdade que o Brasil não passou a viver, de repente, uma realidade magnífica, como num passe de mágica. [...] Perduram questões angustiosas, os salários não recuperaram plenamente o poder aquisitivo ideal. O que deve ser compreendido pela força de trabalho nacional (O Imparcial, 22/08/1990, p. 04).



Figura 6: O Imparcial. 22/08/1990 (Pág. 04)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Para o jornal, o governo Collor pôs em prática um programa arrojado de salvação, tirar o país do caos hiperinflacionário. No entanto, isso não seria possível sem efeitos recessivos. Para reverter essa situação era preciso o apoio e paciência dos trabalhadores.

Com o objetivo de mostrar para os brasileiros que as medidas para conter a inflação já estavam funcionando, observamos a posição da Ministra da Economia Zélia em divulgar para o público que a medida de conter a inflação já estava em andamento, sendo uma das principais metas iniciais a mudança dos preços.

**Zélia aposta na baixa de preços.** [...] Mais cedo ou mais tarde ‘a queda dos preços será inexorável’, graças ao acerto das políticas fiscal e monetária do governo. [...] A ministra disse a recessão provocada pelo aperto monetário, necessário à queda de inflação, será tanto menor quanto maior for “a taxa de cooperação da sociedade” (Jornal Pequeno, 10/09/1990, p. 05).



**Figura 7: Jornal Pequeno. 10/09/1990 (Pág. 05)**  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

A falta de organização na realização do projeto do governo começa a ser diariamente midiaticizado pela grande mídia. As reformas eram peças chave do projeto político do governo “a reforma do aparelho do Estado, necessária para adequá-lo às suas novas funções, está sendo realizada por meio da desregulamentação, da privatização e da reforma administrativa” (BRASIL, 1991, p. 30).

Fenando Collor prometera resolver a crise que assolava o país. A reforma econômica e a reforma administrativa foram colocadas como prioridades para a reforma do Estado. No entanto, a realização das reformas passa a ser contestada pelas diferentes classes. A falta do entendimento nacional era uma barreira que precisa ser ultrapassada.

Com o objetivo de buscar o entendimento entre as classes o Presidente se dispôs conversar, buscando um diálogo. Segundo a matéria de Carlos Monfort

**Ainda o diálogo.** [...] O presidente se dispôs retomar a conversa pelo entendimento. [...] É o presidente com os políticos, a CUT com a FIESP, é Ibrahim Eris com os banqueiros. E numa negociação, numa conversa, nada deve estar fechado, porque senão inviabiliza todo o processo, e a conversa virá impasse (O Imparcial, 22/11/1990, p. 04).

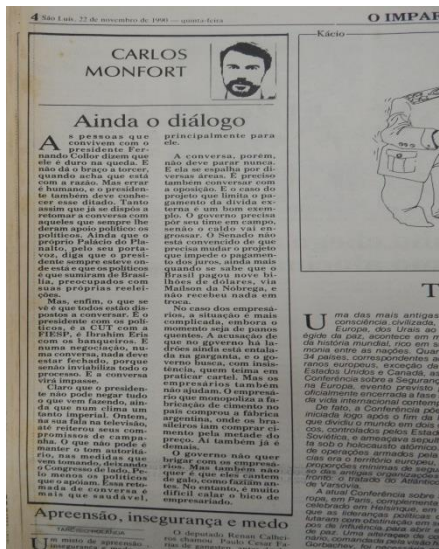


Figura 9: O Imparcial. 22/11/1990 (Pág. 04)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Ainda sobre o entendimento, temos a matéria de Alberto Temer,

**Collor tenta recuperar a credibilidade do plano.** [...] É importante que haja um entendimento técnico e político dentro do governo, para que se parta para o entendimento nacional. [...] Há toda uma reação da sociedade, é preciso quebrar essa expectativa. Isso somente será possível pelo restabelecimento da credibilidade na política econômica (O Imparcial, 23/11/1990, p. 06).



Figura 10: O Imparcial. 23/11/1990 (Pág. 06)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Segundo a perspectiva do jornal o entendimento era uma etapa decisiva na execução do Plano Collor. No entanto, a credibilidade de suas promessas começava a escorrer pelo ralo. O interessante é questionar como o Presidente Collor com boa

comunicação e tendo o apoio maciço da grande mídia não consegue fazer um acordo entre as classes empresarial e trabalhista. Será se toda essa firmeza e eloquência comunicativa ficaram na campanha eleitoral? É uma questão que precisa ser refletida.

Outra medida adotada pelo governo que teve retaliações em sua execução é a reforma administrativa. No dia 22 de dezembro o jornal O Estado do Maranhão traz “CPI acusa governo de falhas na reforma administrativa”. A falta de planejamento pelo Governo Federal é apontada pela comissão como [...] a falha maior e mais grave de toda a pretensa reforma administrativa (O Estado do Maranhão, 22/12/1990, p. 09).



Figura 8: O Estado do Maranhão. 22/12/1990 (Pág. 09)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Para a CPI faltava um trabalho profundo e minucioso sobre a realidade existente. A máquina administrativa do governo é grande e complexa, para a CPI esse trabalho só poderia ser realizado com um prazo mais longo. A reforma administrativa foi implantada através da Medida Provisória Nº 151. Segundo Fernando Lattman-Weltman essa medida gerou insatisfação por conta do enxugamento que apareceu com o grande numero de demissões.

A diminuição do número de ministérios de 27 para dez, criando dois complexos gigantescos, o da Economia e o da Infra-Estrutura, na verdade não teve outro sentido além de realizar demissões maciças no serviço público e nos órgãos da administração indireta, na suposição de aliviar a folha de pagamento do pessoal civil do governo federal (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 55).

A análise da reforma administrativa, segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, mostra que reforma nenhuma pode ser vista de forma séria e duradoura se esta começar com a dispensa de servidores e a extinção de órgãos. Essa etapa segundo a CPI deveria ser realizada no final da reforma.



O programa de privatizações era outro elemento da modernização econômica, fazia parte do conjunto de reformas centrais do governo. O Jornal Pequeno divulga no dia 29 de dezembro de 1990 uma matéria sobre a questão da privatização. “**Privatização**”. [...] Próximo passo do programa de reforma administrativa do governo será concentrar esforços para avançar na privatização de empresas estatais (Jornal Pequeno, 29/12/1990, p. 03).



**Figura 11: Jornal Pequeno. 29/12/1990 (Pág. 03)**

**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

O programa de privatização era midiaticizado como instrumento que levaria a redução do papel do Estado, sendo “peça fundamental do projeto neoliberal” (NAKATANI, 2010, p.26).

Essa medida governamental também não aconteceu de forma tranquila. O discurso sobre o papel das estatais no desenvolvimento nacional foi outra resistência que se ergueu contra as medidas do governo Collor. A empresa pública era vista por alguns como primordial no desenvolvimento econômico e social do país.

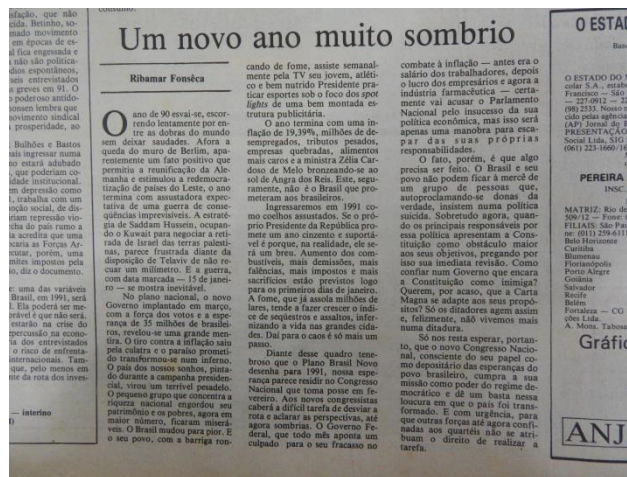
A privatização não transcorreu, por meios inteiramente pacíficos, resistências se ergueram em algumas esferas ideológicas do meio político, entre oficiais das Forças Armadas, e, sobretudo, entre funcionários das empresas escaladas para serem estatizadas (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.58).

Todas essas medidas faziam parte do programa do governo de estabilização monetária, ou seja, eram projetos iniciais prometidos na campanha, e que foram lançados no Plano Collor I. No entanto, o que podemos entender é que a realização dessas

medidas ocorreu de forma desordenada, além de uma base maior de esclarecimentos. Medidas que seriam necessárias pelo projeto grandioso de transformação e modernização prometido por Collor.

É certo que esse projeto não seria algo fácil de fazer do dia para noite, porém seria peça fundamental o esclarecimento dos pontos de sua concretização. O país dos sonhos prometido durante a campanha presidencial estava virando pesadelo para os brasileiros. A matéria de Ribamar Fonseca publicada no jornal O Estado do Maranhão no dia 30 de dezembro de 1990 expõe incertezas quanto às medidas.

**Um novo ano muito sombrio.** [...] O novo Governo implantado em março, com a força dos votos e a esperança de 35 milhões de brasileiros, revelou-se uma grande mentira. O tiro contra a inflação saiu pela culatra. [...] O pequeno grupo que concentra a riqueza nacional engordou seu patrimônio e os pobres, agora em maior número, ficaram miseráveis (O Estado do Maranhão, 30/12/1990, p. 02).



**Figura 12: O Estado do Maranhão. 30/12/1990 (Pág. 02)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

O ano de 1990 termina com a inflação em alta, com milhões de desempregados, tributos pesados e empresas quebradas, esse não foi o país prometido pelo Presidente Fernando Collor e nem o esperado pelos brasileiros. A ineficiência do Plano Collor I levou à execução de um novo Plano, já lançado no primeiro semestre de 1991. O Plano Collor II foi lançado para “estabelecer a indexação da economia, o congelamento de preços, o fim da correção monetária, do overnight e do Bônus do Tesouro Nacional (BTN)” (PICCOLO, 2010, p. 29).

### 3.3 O Processo de Impeachment (1991/1992)

O ano de 1991 é esperado pela sociedade brasileira com enormes expectativas de resolução dos problemas que assombrava o país. No entanto, esse é um ano marcado por inúmeras mudanças de cunho negativo. A inflação continuava em alta, o desemprego chega para a maioria dos brasileiros, o empresariado sofre com a alta dos juros, os sindicatos reclamam sobre os salários, fora a questão da liberação dos cruzados que estavam bloqueados.

O ano de 1991 inicia-se com inúmeras especulações sobre a eficácia do projeto governamental, com tantas especulações o próprio Presidente apresenta ao público brasileiro as previsões para 1991. Alexandre Garcia escreve:

**As previsões de Collor para 1991.** [...] O governo federal vai ser usado para fortalecer o cidadão e a sociedade para fortalecer o cidadão e a sociedade e não o Estado. Que a intervenção do Estado vai ser cada vez menos; cada vez menos o governo vai se intrometer na vida do cidadão. O governo vai se limitar a prestar bons serviços públicos, como retribuição dos impostos pagos pelos cidadãos e pelas empresas. [...] Um Estado eficiente e enxuto pode ter melhores condições para investir em educação, saúde e infraestrutura, e ser mais respeitado (O Imparcial, 08/01/1991, p. 04).



Figura 13: O Imparcial. 08/01/1991 (Pág. 04)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

O Presidente Collor vai ao público com o objetivo de explicar que novas medidas mais ágeis e mais eficientes iriam ser aplicadas para o desenvolvimento do projeto de reconstrução nacional que iria promover a justiça social. As novas medidas

adotadas seria a de não fazer a reforma ministerial neste ano, nem choque econômico e muito menos repetir a dose do bloqueio da poupança. Por imposição da lei, o governo começa neste ano devolver a partir de 15 de setembro os cruzados novos bloqueados.

Essas promessas foram publicadas no jornal O Imparcial com a finalidade de mostrar que o Projeto de Reconstrução Nacional era a salvação para os anseios dos brasileiros. A promessa do governo Collor era mostrar que o objetivo do Estado era recuperar sua dimensão e promover o bem-estar social.

Outra especulação do início de 1991 é referente à questão do alto índice da inflação que não é solucionado. “**Domando o dragão**” matéria do jornal O Imparcial do dia 10 de janeiro de 1991 expondo questões do dragão inflacionário.

[...] Não há mais jeito de disfarçar. O dragão inflacionário está tentando reagir ao tratamento de rédeas curtas e trote controlado que o Ministério da Economia vem lhe impondo, com vistas e contê-lo em marcha moderada, sem a vertigem de um galope afoito (O Imparcial, 10/01/1991, p. 04).



Figura 14: O Imparcial. 10/01/1991 (Pág. 04)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Segundo a matéria do jornal os brasileiros precisavam sentir segurança nas ações das autoridades encarregadas da política econômica. Responsabilidade e missão inadiáveis da ministra Zélia Cardoso de Mello. Essa ação deveria transitar nos primeiros dias de 1991. A insegurança frente à resolução da política econômica era sentida pelos

brasileiros que não acreditavam mais nas promessas que foram e continuam sendo prometida pelo governo Collor.

O prolongamento indefinido da recessão, apoiado no sacrifício sustentado pela expectativa da transitoriedade, entrava em declínio na concepção das multidões amarguradas pela descrença e pelo desalento (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.61).

As questões dos ajustes deveriam trazer justificativas razões de base que promovessem a confiabilidade e consistência do plano de estabilização, assegurando a credibilidade indispensável para os efeitos procurados. No entanto, a aplicabilidade e eficácia do plano econômico não foram realizadas pelos responsáveis desse projeto de recuperação nacional com a devida consistência e comprometimento com a sociedade.

No dia 13 de janeiro de 1991 o Jornal Pequeno publica que a

**Demagogia política estrangula os pobres.** [...] Na presidência da República, com um Plano bem estudado pela sua equipe de trabalho, revelou também que tem condições de acabar com muitas desgraças criadas por governantes anteriores e que contribuiram para deixar os ricos cada vez mais ricos e transformar os pobres em miseráveis. Já afirmamos em edições anteriores que a inflação é o maior veneno contra a pobreza. (Jornal Pequeno, 13/01/1991, Capa).



**Figura 15: Jornal Pequeno. 13/01/1991 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Segundo o jornal a questão do aumento do índice da inflação gerava sofrimento principalmente para os cidadãos mais humildes que viam cada vez mais longe as promessas do plano governamental trazer-lhes estabilidade econômica. O achatamento da pobreza gerava grandes sacrifícios. O Plano Collor não conseguia resolver o problema da dívida interna, ficando difícil e sem condições de alcançar sua meta, de saldar os débitos externos.

No dia 01 de fevereiro de 1991 o jornal O Estado do Maranhão publica

**Novo plano desaba sobre a economia.** A matéria fazia menção ao plano de estabilização que pretendia derrotar de uma só vez a inflação. [...] A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, decretou um novo pacote econômico que mudou totalmente as regras do mercado financeiro, desindexando a economia, com a extinção do BTN e do BTNF, extinguindo o Overnight, os fundos de curto prazo e estabelecendo novas formas de remuneração para todos os ativos financeiros, inclusive caderneta de poupança. (O Estado do Maranhão, 01/02/1991, Capa).



**Figura 16: O Estado do Maranhão. 01/02/1991 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

O lançamento do novo pacote econômico do Governo Collor sofreu inúmeras críticas, principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que considerou autoritário na forma e conteúdo o pacote econômico baixado pelo governo. As críticas são colocadas como “incompetência da equipe econômica do governo que mais uma vez joga nos ombros dos assalariados todo o preço da crise”.

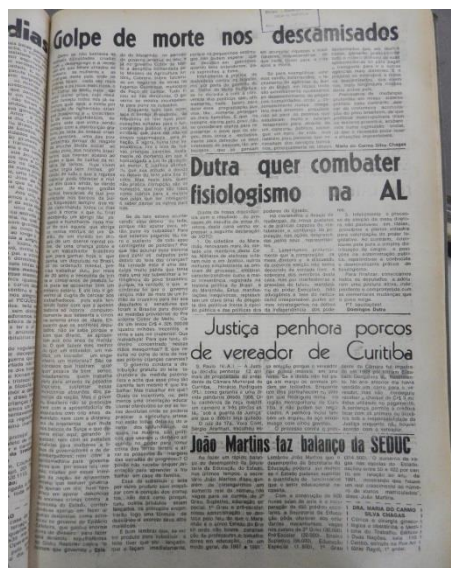
A eficácia do projeto de reconstrução nacional acaba indo por água abaixo. Uma das questões discutidas em 1991 é como um projeto tão bem articulado durante a campanha, não permanece sólido durante o Governo Collor.

A recepção negativa do Plano Collor pelos setores médios e pequenos seria apenas o início de uma série de polêmicas que afundariam o Governo Collor de uma vez por todas. Uma dessas polêmicas entre a população carente era a questão da suspensão da distribuição do Programa Nacional do Leite para crianças carentes.

O Jornal Pequeno divulga no dia 03 de fevereiro de 1991

**Golpe de morte nos descamisados.** [...] Como se não bastassem as terríveis dificuldades criadas com o desemprego e a recessão que foram atirados os homens, as mulheres e as crianças deste país, onde

os pobres ficam cada vez mais pobres, os ricos mais ricos. O Sr. Collor de Mello ousa dar esse último golpe, cujo resultado funesto todos nós já sabemos qual será: a morte por inanição de numerosas crianças brasileiras (Jornal Pequeno, 03/02/1991, p.11).



**Figura 17: Jornal Pequeno. 03/02/1991 (Pág. 11)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Essa medida foi tomada depois de denúncias de irregularidades que vinham comprometendo o programa. Segundo o jornal essa é uma desculpa muito pálida, que tenta mais uma vez subestimar a inteligência do povo brasileiro, pois segundo o impresso essa medida foi tomada depois de uma reunião que discutia as medidas provisórias do Presidente Collor, liberando assim o dinheiro do programa para senadores e deputados que discutiam essas medidas em Brasília.

O Programa do Leite foi condenado pelo Governo Collor, pois era uma medida paternalista. O jornal discute que essa questão seria resolvida se o Governo Collor investisse em educação, em incentivos para o trabalho como liberação de terras para agricultura artesanal dessas famílias.

No entanto, sabemos que boa parte dessas terras questionadas são propriedades que estão nas mãos de grandes latifundiários, estes na grande maioria os próprios políticos. O governo coloca que o projeto foi comprometido, mas que iria continuar de forma diferente, agora com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Instituto presidido pela primeira dama Rosane Collor, que será investigado por irregularidades na administração pouco tempo depois.

A preocupação pelo entendimento nacional continuava sendo uma das principais bandeiras do governo. Sob o título “**Diálogo Construtivo**” o jornal O Imparcial mostra

em seu editorial do dia 21 de março de 1991 essa preocupação do governo Collor pelo entendimento.

Segundo o impresso, o objetivo era construir um governo forte, com base no diálogo entre todos os setores para solucionar e superar a crise brasileira.

[...] Na esteira das gestões desenvolvidas pelo governo na busca de um entendimento nacional, o encontro do presidente Fernando Collor com seu antecessor no cargo, o atual senador José Sarney, constitui nova abertura política do mais elevado valor prático. Precedeu-o ampla rodada de conversações com os governadores eleitos, à distância de qualquer preconceito partidário ou ideológico, para a colocação daquelas questões nacionais suscetíveis de abordagem conjunta e solução consensual (O Imparcial, 21/03/1991, p. 04).



Figura 18: O Imparcial. 21/03/1991 (Pág. 04)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Mesmo buscando uma melhor administração dos conflitos, em busca do entendimento, visando um ponto de equilíbrio, de consenso em todas as partes, o Presidente Collor não obteve tanto sucesso nessa nova empreitada. A busca pelo entendimento nacional não foi aceita de forma equilibrada por todos.

As iniciativas de entendimento do presidente Collor para sair do isolamento são bem-sucedidas no PFL e em parte da opinião pública sensibilizada com o prestígio dos ministérios éticos. Mas o presidente não conseguiu superar grandes dificuldades, principalmente na imprensa escrita de São Paulo, que não lhe reconhece o mérito de determinados passos (OLIVEIRA, 1994, 232).

As fissuras no bloco no poder do governo Collor começam a ser midiaticamente divulgadas nos impressos maranhenses. A saída da Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello foi um baque para o Presidente Collor.

O jornal O Estado Maranhão divulga no dia 10 de maio de 1991 na Coluna do Castello “Zélia foi ministra do governo que acabou”. [...]



Dona Zélia Cardoso de Mello deixou de ser de Ministra da Economia porque o governo a que ela serviu não existe mais. Esta é a razão fundamental e profunda para a sua despedida da mais poderosa figura do mistério que não chega a firmar perfil, tal a vertiginosa rotatividade de ministros e secretários que não tem tempo de esquentar a cadeira. Zélia era a ministra a feição do governo dos sonhos de Collor e de seu fechado e exclusivo grupo de alagoanos (O Estado do Maranhão, 07/05/1991 p. 02).



**Figura 19: O Estado do Maranhão. 10/05/1991 (Pág. 02)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

O Jornal explana a saída da Ministra da Economia Zélia Cardoso e a realização do projeto econômico que não ocorreu como o esperado. O governo passou a depender da queda dos índices de inflação. O modelo inaugural de recuperação exigia o êxito em curto prazo para o sucesso do Plano. Mas a desestabilização ameaçou o governo e acabou por domá-lo.

A saída de Zélia Cardoso de Mello do Ministério da Economia foi um escândalo para a imagem do governo depois de ser apontada por Collor como uma “das partes mais visíveis do governo”, a ministra pede demissão depois da revelação de seu caso amoroso com o ministro da justiça Bernardo Cabral.<sup>19</sup>

De acordo com Oliveira, o ministério do governo era movediço, ou seja, varios ministros saíram do governo em pouco tempo, exemplo disso foi saída da ministra Zélia Cardoso, que deixa o governo em abril de 1991 no “contexto de reformas ministeriais

<sup>19</sup> A saída de Zélia do Ministério da Economia representou um baque no governo. Principalmente pelo escândalo envolvido entre a ministra e seu amigo de ministério Bernardo Cabral. (CONTI, 1999, p. 378).

que se completarão 12 meses depois da constituição de um Ministério formado parcialmente de personalidades de forte prestígio pessoal” (OLIVEIRA, 1994, p. 230).

Os escândalos do governo continuam a ser veiculados nos impressos. Agora com relação a investigação das irregularidades nas contas da LBA. No dia 05 de setembro de 1991 o jornal O Estado do Maranhão traz, “**Administração Rosane na LBA sofre devassa**”. [...] Estão sendo apurada, sob a coordenação da nova procuradora-geral, Lúcia Ervilha, desde denúncias de ausência de licitação nas compras da entidade e de concorrência viciadas, até a distribuição eleitoreira de cestas básicas, além da isenção das sindicâncias realizadas pela administração Rosane e a eficácia das punições aplicadas (O Estado do Maranhão, 05/09/1991, p. 04).



**Figura 20: O Estado do Maranhão. 05/09/1991 (Pág. 04)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

A LBA tinha como o objetivo destinar verbas para os estados. No livro Notícias do Planalto, Mario Sergio Conti expõe uma matéria publicada no Jornal do Brasil do jornalista Mario Rosa, apresentando inúmeras irregularidades na conta da LBA.

As verbas destinadas pela LBA de Alagoas a Canapi, Inhapi e Mata Grande eram proporcionalmente muito superiores às distribuídas a outros municípios do mesmo porte. Tratava-se de verbas com o objetivo de prover água e organizar cursos profissionalizantes para costureiras e criadores de cabras. Não foram feitas licitações para a escolha das empresas que realizariam os serviços de assistência. O dinheiro, um total de 11 milhões de dólares, chegou às entidades, cujos donos eram parentes da primeira-dama, mas não foi empregado para os fins a que se destinava (CONTI, 1999, p. 474).

A crise se instaura no governo Collor. As denúncias na administração da LBA caminhavam junto com o conflito conjugal entre o Presidente Collor e a primeira dama

Rosane Collor. O ano de 1991 é marcado pelas denúncias contra o governo, pela recessão econômica, pela fissura no grupo ministerial e pela imagem desgastada do presidente em menos de dois anos de mandato.

O posicionamento institucional dos jornais maranhenses com relação aos projetos defendidos pelo governo Collor de solução da crise que assolava o país, começa a mudar com a escalada das denúncias envolvendo a equipe e o próprio presidente em 1992.

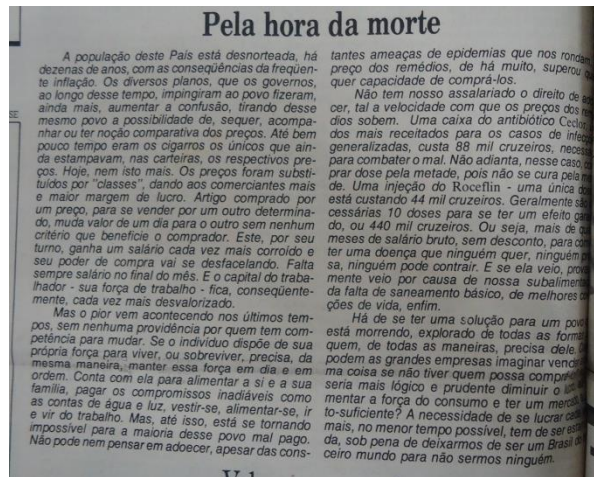
A fissura na equipe ministerial do governo Collor continua em janeiro de 1992. **Demitidos os ministros Magri e Margarida Procópio.** [...] Os ministros Antônio Rogério Magri, do trabalho, e Margarida Procópio, da Ação Social, foram demitidos, pelo presidente Fernando Collor de Mello. (Jornal Pequeno, 18/01/1992, Capa).



**Figura 21: Jornal Pequeno. 18/01/1992 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

A ineficiência dos Planos Econômicos é outra questão que desgastou o governo. No editorial do dia 26 de fevereiro de 1992, “**Pela hora da morte**” o jornal O Imparcial expõe a ineficácia dos diversos Planos que Collor realizou mais que não obtiveram o resultado prometido.

Principalmente acerca da sobrevivência da população menos favorecida e as mudanças de cunho positivo que foram midiaticizadas com a realização do projeto de reconstrução. [...] A população deste País está desorientada, há dezenas de anos, com as consequências da frequente inflação. Os diversos planos, que os governos ao longo desse tempo, impingiram ao povo fizeram, ainda mais, aumentar a confusão, tirando desse mesmo povo à possibilidade de, sequer, acompanhar ou ter noção comparativa dos preços (O Imparcial, 26/02/1992, p. 04).



**Figura 22: O Imparcial. 26/02/1992 (Pág. 04)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

O jornal explica que com o fracasso das medidas do governo, a situação de milhares de pessoas pirou, principalmente com o caos do desemprego. A solução da crise não foi eficaz para conter esse problema.

A necessidade do empregador não era a mesma do empregado, as empresas visavam cada vez o lucro, no menor tempo possível. A configuração da crise passa pela alta da inflação e pela avalanche de escândalos de corrupção que a todo o momento eram divulgados pela grande mídia, notícias eram veiculadas mostrando a ligação direta do presidente com esquemas de corrupção.

O volume e sucessão de denúncias envolvendo a equipe e o próprio Collor acabou gerando a necessidade de mudanças na equipe governamental. O presidente Collor precisa encontrar novamente a aprovação da sociedade brasileira com o seu projeto. A necessidade era mostrar que sua equipe ministerial tinha uma base sólida, e o projeto de governo permanecia vivo.

O jornal O Imparcial publica no dia 15 de março de 1992 a matéria de Boris Casoy

**Os três Collor.** [...] Neste começo de seu terceiro ano de governo, Collor vive uma terceira fase, muito diferente da primeira e da segunda. São comportamentos muito diferentes entre si, até opostos. As mudanças são óbvias, foram ditadas pelos acontecimentos, muitas vezes desagradáveis. E por sucessivos revezes (O Imparcial, 15/03/1992, p. 04).



**Figura 23: O Imparcial. 15/03/1992 (Pág. 04)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Segundo o jornal as mudanças eram necessárias para que a confiabilidade no projeto permanecesse. A mudança deveria acontecer também na própria personalidade do presidente. Segundo a matéria Fernando Collor midiaticizou durante a campanha um ar juvenil, passando a imagem de um candidato que ia sanar os males que a crise tinha ocasionado.

Essa imagem mudou depois de eleito, a nação assistiu perplexa, atitudes inesperadas. Ao contrário de suas promessas eleitorais veio o confisco. No lugar do entendimento, vieram as atitudes isoladas. Por fim, vieram à inexperiência e o insucesso do Plano Collor I e II. Segundo Melo (2007) o presidente Collor montou uma equipe que não atendeu à dinâmica da política.

Na composição de seu governo, optou por uma formação distanciada dos partidos e dos setores modernos das elites. Os setores de que se cercou para compor seu governo, além de não ampliarem sua relação com os partidos, pouco contribuíram para aprofundar sua interlocução com a sociedade. O ministério teve vida relativamente curta. Em menos de dois anos de mandato, a equipe se decompôs em escândalos de ordem moral e na inabilidade administrativa (MELO, 2007, p. 183).

Uma onda de denúncias envolvendo o Presidente Collor é midiaticizada pelos impressos nesse momento. O jornal O Estado do Maranhão publica no dia 20 de maio de 1992,

**Pedro Collor grava fita com acusações ao Governo Federal. [...] O empresário Pedro Collor de Mello, irmão caçula do Presidente Fernando Collor de Mello, gravou com o equipamento da TV Gazeta de Alagoas, pertencente à família, uma fita em vídeo com “denúncias**

explosivas” contra o Presidente e o empresário Paulo César Farias (O Estado do Maranhão, 20/05/1992, Capa).



**Figura 24: O Estado do Maranhão. 20/05/1992 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Segundo o impresso maranhense, os documentos e todas as informações que Pedro Collor dizia possuir envolviam o PC Farias<sup>20</sup> em crimes de sonegação, tráfico de influência, suborno e remessa ilegal de divisas ao exterior. Pedro Collor coloca que “PC Farias” é apenas o testa de ferro de seu irmão, sendo Fernando Collor o mentor. PC era apenas o executor. A onda de denúncias de corrupção envolvendo Collor foi determinante para a abertura do processo de impeachment.

A denúncia de seu irmão Pedro Collor de Mello em maio de 1992 é a ponta do iceberg, denúncia que relata a relação, de “PC Farias” com o Governo Collor. Paulo César Farias era o “testa-de-ferro de Fernando Collor”, a sociedade entre os dois seguia a partilha dos lucros de “70% para um e 30% para outro” (MELO, 2007, p. 164).

Novas informações eram divulgavam diariamente envolvendo o presidente Collor com os desvios de verbas. No entanto, o jornal O Imparcial traz na capa do dia 24 de maio de 1992 que existia um consenso de não criar a CPI, mais que esse impasse estava causando crise no governo.

<sup>20</sup> Paulo César Cavalcanti de Farias nasceu em 20 de setembro de 1945, em Murici, na Zona da Mata alagoana. PC era uma pessoa especial em Maceió. Destoava dos outros pela capacidade de conversar, convencer, iniciar empreendimentos e pela sua confiabilidade: jamais deixou de honrar um compromisso. Não tinha ideologia nem posições políticas sólidas. Era um capitalista nato, um empresário ambicioso, em ascensão numa região miserável, com uma contabilidade precária de seus negócios e sabedor dos meandros da burocracia e das leis para escapar das punições. A amizade com Fernando Collor veio a acelerar seu projeto de escalada social. A campanha presidencial o lançou a novos mundos. O mundo dos potentados das finanças e da indústria do Rio e de São Paulo. O submundo do dinheiro de campanhas, da sonegação fiscal e da evasão de divisas. O mundo secreto da corrupção empresarial, estatal e política. O mundo da grande imprensa (CONTI, 1999, p. 284, 288, 289).

**Caso ‘PC’ causa impasse e gera crise no governo.** [...] O governo começa a semana diante de um grande impasse: ou apura com urgência as denúncias contra o empresário Paulo César de Faria, o “PC” ou Congresso Nacional começa a investigar as acusações contidas no dossiê Pedro Collor, nem que seja através de pressão popular (O Imparcial, 24/05/1992, Capa).



**Figura 25: O Imparcial. 24/05/1992 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Mesmo com as medidas de não criar a CPI segundo o impresso, já havia entre os partidos de oposição, alguns que já estavam falavam em “renúncia” ou “impeachment” do Presidente. As acusações eram graves e a sociedade questionava explicações. “Por solicitação de parlamentares do PT, o Congresso Nacional instaurou a CPI para apurar as denúncias de Pedro Collor no dia 26 de maio” (LATTMAN-WELTAM, 1994, p.91).

No dia 11 de agosto de 1992 o Jornal Pequeno publica, “**PF inclui Collor no inquérito do caso PC**”. [...] A Polícia Federal inclui oficialmente o presidente Fernando Collor no inquérito do caso PC. (Jornal Pequeno, 11/08/1992, p. 06).



**Figura 26: Jornal Pequeno. 11/08/1992 (Pág. 06)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Segundo o impresso a Polícia Federal devia tomar providência para solidificar a citação de Collor junto ao STF. A inclusão do presidente Collor no inquérito segundo o jornal se daria assim que a PF recebesse os cheques emitidos por correntistas “fantasmas” e que foram depositados na conta da secretária de Collor, Ana Acioli.

A comissão descobriu que Ana Acioli e a EPC, empresa de Paulo César Farias, escaparam do bloqueio dos cruzados quando o lançamento do Plano Collor I. As evidências de participação do presidente no esquema PC levaram o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, a apontar o envolvimento de Collor com a prática de delitos que poderiam leva-lo a ser processado por crime comum (LATTMAN-WELTAM, 1994, p. 96).

Essas e outras questões foram primordiais para o aumento da pressão popular que passou a ir para as ruas pedir punição para os envolvidos nas denúncias de corrupção, inclusive para o presidente Collor. Inúmeras manifestações foram organizadas em todo o país pedindo a resolução das denúncias e o impeachment do presidente.

O jornal O Imparcial publica no dia 17 de agosto de 1992.

**População vai às ruas e pede renúncia de Collor.** [...] A manifestação pela renúncia do presidente Fernando Collor levou para as ruas da capital brasileira uma carreata de cerca de 20 quilômetros. O sinal de protesto foi nas cores preta e vermelha, que foi exibido em faixas colocadas nas janelas dos apartamentos (O Imparcial, 17/08/1992, p. 15).





Figura 27: O Imparcial. 17/08/1992 (Pág. 15)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

O Jornal Pequeno também publica uma matéria sobre as manifestações que estavam ocorrendo em todo o país.

**Não é a oposição quem está derrubando Collor, é o povo. [...] Não são os partidos de oposição os responsáveis pelo impedimento de Collor de Mello. É preciso acabar com esta ideia de que são os Partidos políticos os responsáveis, ou donos deste processo. A sociedade civil, o povo, é quem está exigindo a saída do Presidente (Jornal Pequeno, 28/08/1992, p. 06).**



Figura 28: Jornal Pequeno. 28/08/1992 (Pág. 06)  
Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA

Segundo o impresso o conglomerado de pessoas foi às ruas reivindicar melhorias para o país. A sociedade brasileira estava decepcionada com o envolvimento do presidente Collor nas denúncias de corrupção. A sociedade tinha elegido um candidato que prometera modernizar o país e resolver a crise econômica, junto com as transformações que beneficiassem a população mais carente.

A sociedade estava percebendo que tinham colocado na Presidência da República um corrupto que se beneficiava à custa do suor dos trabalhadores brasileiros. A população estava humilhada por depositar todas as suas esperanças no Projeto Político do candidato Fernando Collor, por isso reivindicava sua saída com o pedido de impeachment.

As atenções se voltavam totalmente para a Câmara dos Deputados. Todas as grandes emissoras de rádio e redes de televisão do país transmitiram ao vivo, direto de Brasília, a sessão histórica da Câmara. Ao final, com uma votação maciça dos parlamentares, foi aprovada a admissibilidade do impeachment por 448 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausentes. No dia seguinte, os jornais estampavam manchetes que expressavam o anseio popular. Collor estava fora do poder (LATTMAN-WELTAM, 1994, p. 101).

No dia 29 de dezembro de 1992, dia da votação histórica do Senado, Fernando Collor de Mello joga sua última carta com a tentativa de não perder seus direitos políticos, a renúncia de seu mandato. Mesmo renunciando, o presidente foi caçado e impedido de concorrer e exercer função pública por oito anos.

No dia 30 de dezembro de 1992 o jornal O Estado do Maranhão publica

**Collor renuncia e perde direitos, Itamar assume e promete mudar.** [...] Fernando Collor de Mello frustrou o Brasil e não é mais o presidente da República. Ele renunciou ontem momentos após o início do julgamento do impeachment, o novo chefe da Nação é o mineiro Itamar Franco (O Estado do Maranhão, 30/12/1992, Capa).



**Figura 29: O Estado do Maranhão. 30/12/1992 (CAPA)**  
**Disponível: Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luís/MA**

Segundo Melo, o governo Collor acabou por “desmorrar política, técnica e moralmente” (MELO, 2007, p. 186). Renunciou após ver frustrada sua última manobra para adiar o julgamento, mas perdera seus direitos políticos por oito anos. Esperava que renunciando, motivasse o encerramento do processo de impeachment, no entanto, sua manobra foi frustrada diante da aprovação do impeachment pelo Senado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a falta de organização do projeto político do governo Collor, seguido pelas fissuras de sua equipe ministerial, e a ligação de seu nome as denúncias de corrupção com o caso PC, foram elementos significativos para a abertura do processo de impeachment que o afasta num primeiro momento do seu mandato. Pouco tempo depois com a decisão do Senado é conduzida sua saída efetiva do cargo de Presidente da República. A pena aplicada com a decisão do Senado consistiu, na restrição dos direitos políticos de Collor, tornando o presidente inelegível a qualquer cargo político, pelo prazo de oito anos.

É importante salientar que a mesma imprensa que ajuda Collor ganhar as eleições em 1989 é que ajuda a tirá-lo do poder em 1992. Essa ação foi conduzida através das suas publicações que cotidianamente midiaticizavam novos elementos de envolvimento do presidente Collor com o esquema de corrupção mantido com empresários e membros de sua equipe de governo. Os meios de comunicação utilizam por meio de suas publicações uma formação do consenso, auxiliando de forma direta a construção de um ponto de vista com relação a determinado assunto.

Ao longo do período que vai da ascensão de Collor nas pesquisas eleitorais até o seu afastamento, a imprensa evoluiu do descaso à expectativa, do apoio à decepção, oscilou entre o acompanhamento hesitante e a intervenção clara, consequente e eficaz (LATTMAN-WELTAM, 1994, p. 103).

Entendo que não só nacional, como regionalmente, foi dado o apoio à vitória de Fernando Collor na eleição de 1989 pelos impressos maranhenses em análise. Principalmente porque o projeto político defendido pelo candidato Collor era o que satisfazia mais os interesses empresariais e econômicos dos meios de comunicação. O posicionamento da imprensa brasileira segue a lógica do poder, apoiou o candidato Collor porque foi o que apresentou medidas em seu projeto de favorecimento para o interesse da classe dominante, sendo este o interesse também da grande imprensa. A classe dominante brasileira “procurou um ator que conseguisse levar à frente um programa que satisfizesse seus interesses. Não importava se muito ou não, a uma perspectiva neoliberal” (JOSÉ, 2015, p. 62).

Tanto a Reforma de Estado proposta e iniciada pelo governo Collor, como as demais ações, foram entendidas como o início de um processo de resgate de

Reconstrução Nacional, ideia que passou a simbolizar a resolução de todos os problemas e a chegada de um futuro promissor para a sociedade brasileira.

Todas as medidas referentes ao projeto político midiático pelos impressos como solução para o país foram por água abaixo. As medidas adotadas, tanto no Plano Collor I quanto no Plano Collor II, não resolveram a crise que assolava o país.

O que observei no aparato dos impressos maranhenses é um apoio inicial ao desenvolvimento do projeto do governo Collor. Mas pouco tempo depois esse apoio começa a ruir com a escalada de denúncias.

Um ponto importante entre os três impressos maranhenses que merece destaque, é a diferença com que tratam as notícias sobre o governo Collor. Os jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial dão maior visibilidade em suas matérias jornalísticas acerca da realização do projeto político do governo, enunciando de forma positiva a realização do mesmo.

O posicionamento dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial seguem características semelhantes, prezando pela objetividade da notícia que vai ser publicada. Enquanto as notícias do Jornal Pequeno segue uma linha mais polêmica, demarcando seu posicionamento de criticidade quando a construção da notícia.

Entendo que o trabalho que a mídia impressa ofereceu veiculando as denúncias de corrupção, envolvendo membros do governo e do próprio Fernando Collor, refletiu nas manifestações populares que pediam o impeachment do Presidente da República.

Fernando Collor de Mello não teve a mesma habilidade para sustentar as representações construídas sobre si e para impedir o desmoronamento da sua imagem e do seu governo. Numa inversão de papéis Collor terminou o seu governo representando os desmandos e a corrupção que combatera.

Não posso deixar de enfatizar o poder que as publicações dos impressos têm, oferecem ao público cotidianamente informações sobre os acontecimentos da dinâmica de nossa sociedade. No entanto, não podemos tomar tais informações como a veracidade total dos fatos. Segundo Correia, “há um esquematismo dominante que está relacionado com as normas e hábitos que estruturam o funcionamento do campo jornalístico” (CORREIA, 1998, p. 01).

Diante da pesquisa pude entender que a mídia impressa regional é uma importante fonte de pesquisa, informação e conhecimento. Através de sua ação, dita modas e costumes e está presente na sociedade diariamente modificando o cotidiano das pessoas.

É evidente sua influência não somente no que se relaciona à informação, à política, mas na formação da opinião popular.

Entendo que os estudos voltados para a análise do material dos impressos regionais são definitivamente importantes para o entendimento da dinâmica social. “A renovação no estudo da história política, não poderia dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (DE LUCA, 2006, p 128). Espera-se, assim, que o acesso a tão importante documentação possa redimensionar novas pesquisas.

## **FONTES e BIBLIOGRAFIA**

### **JORNAIS**

O IMPARCIAL, jornal. São Luís, 1990-1992. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

18 de março de 1990. Acesso em 15/03/2016.

22 de agosto de 1990. Acesso em 15/03/2016.

22 de novembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.

23 de novembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.

08 de janeiro de 1991. Acesso em 22/03/2016.

10 de janeiro de 1991. Acesso em 22/03/2016.

21 de março de 1991. Acesso em 22/03/2016.

26 de fevereiro de 1992. Acesso em 29/03/2016.

15 de março de 1992. Acesso em 29/03/2016.

24 de maio de 1992. Acesso em 29/03/2016.

17 de agosto de 1992. Acesso em 29/03/2016.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 1990-1992. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

01 de julho de 1990. Acesso em 15/03/2016.

14 de agosto de 1990. Acesso em 15/03/2016.

10 de setembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.

29 de dezembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.

13 de janeiro de 1991. Acesso em 22/03/2016.

03 de fevereiro de 1991. Acesso em 22/03/2016.

18 de janeiro de 1992. Acesso em 29/03/2016.

11 de agosto de 1992. Acesso em 29/03/2016.

28 de agosto de 1992. Acesso em 29/03/2016.

O ESTADO DO MARANHÃO, jornal. São Luís, 1990-1992. Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

18 de março de 1990. Acesso em 15/03/2016.  
20 de março de 1990. Acesso em 15/03/2016.  
22 de dezembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.  
30 de dezembro de 1990. Acesso em 15/03/2016.  
01 de fevereiro de 1991. Acesso em 22/03/2016.  
07 de maio de 1991. Acesso em 22/03/2016.  
05 de setembro de 1991. Acesso em 22/03/2016.  
20 de maio de 1992. Acesso em 29/03/2016.  
30 de dezembro de 1992. Acesso em 29/03/2016.

## **LIVROS E ARTIGOS**

ALMEIDA, Francinete Louseiro. Política no Maranhão e o jornal O Estado do Maranhão. Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió - AL - 15 a 17 de junho de 2011.

ALMEIDA, J. Mídia e Política. In: ALMEIDA, Jorge. Marketing Político: Hegemonia e Contra-Hegemonia. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso/ Tese (Doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010.

\_\_\_\_\_. A Trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência: Estratégias Eleitorais Televisivas. In: PICCOLO, Monica; OMRAN, Muna. (orgs.). Imprensa, cinema e história; novos objetos e métodos de investigação histórica. São Luís: EDUEMA, 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: As políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, Wilson Ed. 200 anos da Imprensa no Brasil, 50 anos do Jornal Pequeno. In: PEQUENO, Jornal. São Luís, 10 de junho de 2001, p. 7.

AROSTEGUI, Julio. O processo metodológico e a documentação histórica. In. A Pesquisa Histórica, p. 465-512.

BARROS, José D'Assunção. O tempo dos historiadores / José D'Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. Terra e céu e nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão / José Henrique de Paula Borralho – São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2011.
- BRASIL, Presidente, 1990-1995 (F. Collor). Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília, 1991.
- BRIGGS, Asa. 1991 – Uma história social da mídia: de Gutnberg à Internet / Asa Briggs e Peter Burke; tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paula Vaz. – 2. Ed. Ver. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia / Peter Burke; tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objetou fonte da história?. Comunicação & Mercado / UNIGRAN – Dourados – MS, vol. 01, n.02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil / Maria Helena Rolim Capelato, EDUSP, 1988.
- CASTRO, Sílvio Rogério de. São Luís 400 anos: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão. CAMBIASSU – edição eletrônica. UFMA – ISSN 2176-5111. São Luís – MA, janeiro/junho de 2012 – Ano XIX – Nº 10.
- CHAUVEAU, Agnès. Questões para a história do presente / Agnès Chauveau, Philippe Tétart; Tradução Ilka Stern Cohen. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor / São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CORREIA, João. Jornalismo regional e cidadania. 1998. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 12 de maio de 2016.
- COSTA, Yuri. Verdade e interpretação em história. In. VIEIRA, Ana Livia Bomfim; ZIERER, Adriana. (orgs.). História antiga e medieval: rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário. São Luís: Editora UEMA, 2009, p. 415-422.
- COSTA, Yuri Michael Pereira. Atos de justiça coletiva: representações da violência na mídia / Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2005.

- COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 – Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político / Carlos Nelson Coutinho. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: campus, 1989.
- \_\_\_\_\_. O leitor de Gramsci; escritos escolhidos 1916-1935 / Carlos Nelson Coutinho, organizador. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DE LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926) / Marcos Del Roio. – São Paulo: Xamã, 2005.
- DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Rio de Janeiro: FVG, 1997, p. 113-138.
- DOWNES, Richard; ROSENN, Keith S. A queda de Collor: uma perspectiva comparada. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (orgs.). Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. Revista Espaço Acadêmico – Nº 125 – outubro de 2011.
- FLEISCHER, David. Além de Collorgate: perspectivas de consolidação democrática no Brasil via reformas políticas. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (orgs.). Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- FONSECA, Francisco César Pinto da. O consenso forjado: A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil / Francisco César Pinto da Fonseca. – São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GEDDRS, Barbara; NETO, Artur Ribeiro. Fontes institucionais a corrupção no Brasil. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (org.). Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. Collorgate: mídia, jornalismo e sociedade nos casos de Watergate e Collor / Sérgio Campos Gonçalves; apresentação Jurandir Malerba: prefácio Luís Carlos Eblak de Araújo. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a Organização da Cultura / Antonio Gramsci; tradução Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979.

- \_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere, volume 3 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- JOSÉ, Emiliano. Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014) / Emiliano José. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A imprensa faz e desfaz um presidente/ Fernando Lattman-Weltman, Plínio de Abreu Ramos, José Alan Dias Carneiro. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LIMA, Venício A. de. Mídia: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista UFG/ Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11.
- MELO, Carlos Alberto Furtado de. Collor: O ator e suas circunstâncias/ Carlos Alberto Furtado de Melo. – São Paulo: Editora Novo Conceito, 2007.
- MORAES, Dênis de, 1954 - Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- MOREL, Marco. Palavra, imagem poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX / Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.) O Brasil sob a nova ordem, São Paulo: Saraiva, 2010, p. 21-50.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.
- PAIVA, Paulo. Colloreeconomics. In: FARO, Clovis de (org.). Plano Collor: Avaliações e Perspectivas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1990, p. 34-42.
- RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. Dicionário de Comunicação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- RAMONET, Ignacio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- RAMOS, Plínio de Abreu. A política econômica do governo Collor e a imprensa: do apoio à decepção. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A imprensa faz e desfaz um

presidente/ Fernando Lattman-Weltman, Plínio de Abreu Ramos, José Alan Dias Carneiro. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editora Estampa, 1998. In: FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. Revista Espaço Acadêmico – Nº 125 – outubro de 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura, Diálogos de la comunicación, INSS 1813-9248, Nº. 69, 2004, p. 74-87.

SADER, Emir (org.). Gramsci: poder, política e partido / Emir Sader; tradução Eliana Aguiar – 1. ed. – São Paulo: Expressão popular, 2005.

SALLUM, Brasílio Jr. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. Lua Nova, São Paulo, 82: 163 - 200, 2011.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo; Editora Best-Seller, 1999.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. Revista Historiar, ano I, n. I (2009).

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SHUEN, Li-Chang. Jornalismo e disputa da hegemonia: os cem primeiros dias do governo Flávio Dino na capa de O Estado do Maranhão. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (Orgs.) Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 23-46.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma Teoria multifuncional da notícia como uma teoria do jornalismo. 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Elementos de jornalismo impresso. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2001. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

VIEIRA, Lucas Schuab. A imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método 2013. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 2001.

ZANCHETTA, Juvenal. Imprensa escrita e telejornal / Juvenal Zanchetta Junior. – São Paulo: UNESP, 2004.